



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

#### ATA N.º 12/XI-1º/2013-14

1 - Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e catorze, pelas 21H00, no Salão Multiusos do Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental da Costa da Caparica, sito na rua Catarina Eufémia, na Costa da Caparica, realizou-se a Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de abril, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal

3.2 - Relatórios de Monitorização de Operações de Reabilitação:

3.2.1 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Área de Reabilitação Urbana Simples de Almada

3.2.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Área de Reabilitação Urbana Simples da Trafaria”

3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contratação de Auditor Externo do Município de Almada, para o período de 2014 a 2017 - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas”

3.4 - Documentos de Prestação de Contas:

3.4.1 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Contas do Município, referente ao exercício de 2013”



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

3.4.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, referente ao exercício de 2013”

3.4.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Documentos da Consolidação de Contas do Grupo Autárquico referente ao exercício de 2013”

3.5 - Revisões Orçamentais:

3.5.1 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “1ª Revisão ao Orçamento do Município para 2014”

3.5.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “1ª Revisão ao Orçamento dos SMAS para 2014”

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Abertura de Procedimentos Concursais para Ocupação de lugares na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento - SMAS”

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Retificação de Deliberação sobre Desafetação de Parcela de Terreno, do domínio público Municipal, sita no Campo da Juventude ou Quinta da Areia, na freguesia do Feijó”

3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração do Regulamento Geral de Estacionamento e Circulação nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada”.

2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr<sup>as</sup>. Elisabete

Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.

3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Daniel Pedro Sobral; José Gabriel Guiomar Joaquim; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Sérgio Cantante Faria de Bastos; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Rita Magda Pinheiro Pereira; Pedro Miguel de Amorim Matias; Nuno Filipe Miragaia Matias; João Rafael Faustino de Almeida; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Manuel Nunes de Oliveira; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Alexandra Branco Ralo Barata Correia; Teresa Paula de Sousa Coelho; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias, com ausência no dia 29 de abril de 2014, (Ent. nº 1309/XI-1º), (**Conforme Anexo I**).
- A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho, com ausência no dia 29 de abril de 2014, (Ent. nº 1202/XI-1º), (**Conforme Anexo II**).
- A Senhora Deputada Municipal Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, com ausência no dia 29 de abril de 2014 (Ent. nº 1317/XI-1º), (**Conforme Anexo III**).

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- O Candidato Senhor António Abrantes de Almeida, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 29 de abril, do eleito Sr. Bruno Ramos Dias, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo IV**).
  - O Candidato Senhor Luís António de Matos Vicente, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 29 de abril, da eleita Sr.<sup>a</sup> Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho e por impedimento do cidadão Sr. José João Santos da Mata, da cidadã Sr.<sup>a</sup> Filipa Raquel da Silva Barroso e do cidadão Sr. José Augusto Tavares Oliveira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo V, VI, VII e VIII**).
  - O Candidato Senhor Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 29 de abril, da eleita Sr.<sup>a</sup> Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes e por impedimento do cidadão Sr. Paulo Filipe Pereira Viegas e da cidadã Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo IX, X e XI**).
- 4.2** - O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; da Charneca de Caparica e Sobreda, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e devido a justo impedimento dos Presidentes do respetivo Órgão Autárquico, são substituídos na presente Reunião da Assembleia Municipal pela eleita na Junta das Freguesias, Senhora Ilda de Lurdes de Oliveira Dâmaso Garrett e Senhora Ana Maria de Matos Sousa Vital Fonseca, respetivamente, (**Conforme Anexos XII e XIII**).
- 4.3** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.
- 5** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos, que foi imediatamente encerrado por não haver pedidos de uso da palavra.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

6.1 - Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal, (**Conforme Anexo XIV**).

6.1.1 - Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para apresentação do documento.

6.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Foi distribuída a informação relativa aos três primeiros meses deste ano, como se deram conta procurámos corresponder àquilo que era um projeto de que a informação pudesse ser condensada e apresentada de forma a permitir uma leitura conforme o que havia sido apresentado nas Grandes Opções do Plano, facilitando assim a atividade fiscalizadora dos Srs. Deputados Municipais e desta Assembleia. Com certeza que ainda não estamos completamente satisfeitos com esta apresentação, mas de qualquer maneira para todos nós é um progresso, pensamos nós, em relação à anterior forma de apresentação que tinha uma leitura pensamos nós, relativamente mais difícil.

Portanto, neste contexto deixava para já aos Srs. Deputados Municipais a iniciativa de colocarem as questões que por bem entendessem e depois poderíamos então responder.”

6.1.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Maria D’Assis, Odete Alexandre, Nuno Matias, Pedro Oliveira, Luísa Ramos, Carlos Guedes, José Leitão, António Maco, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.1.2.1 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Maria D’Assis (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Queria colocar duas questões, uma tem a ver de facto com as atividades para as interrupções letivas das crianças do 1º Ciclo, é uma situação que já tinha sido colocada pelo Partido Socialista, até porque aparece de uma forma um bocado vaga e genérica nas



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Grandes Opções do Plano, mas é uma questão que aparece, e dado de facto que se aproximam as férias de verão e relativamente para o próximo ano letivo, eu gostaria de perceber quais são as perspetivas da Câmara relativamente a esta questão. Como sabe de facto Almada como em todo o País as famílias estão a ser fortemente penalizadas, muitas delas com insuficiência económica, outras sem retaguarda de suporte e é determinante e numa perspetiva de prevenção é importante que as crianças, principalmente do 1º Ciclo estejam ocupadas. Nesse sentido gostava de saber o que a Câmara perspetiva para estas férias de verão e para o próximo ano letivo.

Por outro lado, também queria-lhe colocar as questões relativas ao Poço Torno, foi também algo que o Partido Socialista já trouxe noutra altura, sabemos que há uma família que foi alvo de um incêndio que será brevemente realojada, mas gostaríamos de saber relativamente às outras famílias aí residentes o que é que se perspetiva. Assim como e porque estamos neste momento a realizar esta Assembleia na Costa da Caparica, gostava de perceber quais são também os propósitos da Câmara relativamente àquele Bairro clandestino que está aqui à entrada da Costa, junto à Falésia.

Portanto, seriam estas duas questões que nós gostaríamos que nos dissesse qual de facto as propostas ou as atividades previstas no âmbito da Câmara.”

#### 6.1.2.2 - A Sr.ª Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O documento da atividade municipal que respeita aos meses de janeiro/fevereiro e março de 2014, refere na sua página 78, nas linhas 5.37 e 5.38, os objetivos da segurança no concelho.

Curiosamente não há qualquer menção sobre a prevenção em caso de sismo ou de tsunami.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Apenas vêm referidos os comunicados à comunicação social sobre as intempéries na Costa da Caparica... é apenas este o quadro das competências municipais?

É sabido que vivemos numa zona crítica no que se refere a sismos e tsunamis, mas na semana da proteção civil, nada é referido sobre ações junto da população para ensinar a encontrar os pontos de encontro, locais de segurança, como se vê noutras autarquias, quiçá menos críticas no que se refere a estas questões.

Na situação de uma grande catástrofe, onde se devem dirigir as pessoas? Fica cada um entregue ao seu bom senso, ou estão já definidos os locais adequados, com a segurança possível?

Em caso de tsunami, como devem proceder as pessoas que estão junto ao mar? fugir desordenadamente ou pelo contrário estarão em posse da informação do local mais seguro que devem procurar?

Na semana da proteção civil nada disto foi feito, ou pelo menos não consta neste relatório.

Aproveitamos para requerer formalmente que nos seja facultado o Plano de Emergência Municipal e que sejam divulgados nesta Assembleia e junto da população, os locais escolhidos criteriosamente para uma dessas emergências.

Outro assunto que nos preocupa e que tem sido várias vezes referido nesta assembleia, é a questão da limpeza urbana no concelho.

Continuamos a ter um concelho pouco esmerado. Continuamos a circular pelas ruas e a ver lixo: lixo junto aos contentores, lixo junto aos ecopontos, lixo junto aos molokes, lixo no pavimento, lixo nas paredes...

O relatório refere 98 intervenções de grandes limpezas no concelho ao longo destes 3 meses... onde? Não se deu por isso! Continuamos a ter em todas as ruas os detritos que restaram de um televisor ou doutro eletrodoméstico que foi abandonado junto ao moloke ou



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

ao contentor e que depois foi desmantelado para retirar certos componentes. Continuamos a ter sacos de lixo devassados junto dos contentores, continuamos a ver restos de mobiliário espalhados junto aos molokes, continuamos a ter que olhar continuamente para o chão que pisamos para fugir aos dejetos caninos...

Para quando a colocação de ecopontos em quantidade suficiente e em todos os bairros do concelho? e não vale dizer que há zonas onde o camião da AMARSUL não pode chegar! Compete à Autarquia criar essas condições. Não vale dizer que a AMARSUL está em dificuldades e não pode adquirir os ditos contentores, porque em muitas autarquias, é a própria a adquirir os contentores.

Não vale taxar algumas zonas urbanas com a taxa máxima de IMI e depois verificar que essas zonas não estão apetrechadas com as respostas higiénicas compatíveis com a taxa cobrada!

Já agora, tem a Autarquia o projeto de celebrar o dia mundial da limpeza urbana (27 de agosto) com ações de sensibilização da população e de mobilização para esse objetivo?

Por que não criar equipas de voluntários em cada bairro, desses que estando desocupados podem ser uma mais-valia, para melhorarem o ambiente e tornar Almada uma cidade mais apetecível para habitar e visitar.”

#### 6.1.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Olhar para este Relatório dos últimos três meses da atividade camarária permite realmente perceber que houve algumas alterações na metodologia da sua apresentação, vem de encontro a algumas das nossas sugestões, mas ainda falta fazer algumas diligências na construção, julgamos nós, e sugerimos nós naquilo que pode ser a melhor leitura qualitativa do documento. Continuamos a não ter uma razão de comparação homóloga com o período



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

correspondente do ano anterior. Pensamos nós que ajudava até a perceber melhor o trabalho do ponto de vista qualitativo. Não tem de modo nenhum outro entendimento que não seja perceber a realidade que tem por comparação com aquilo que era a realidade no período homólogo, claro que há os Relatórios do ano passado que nós podemos ir buscar, óbvio. Agora, até por estarmos a falar de um diferente exercício de mandato autárquico, penso que ajudaria à leitura qualitativa do documento se essas informações do período homólogo pudessem estar logo incorporadas no Relatório e penso que não acrescentaria grande trabalho aos serviços na preparação desse mesmo Relatório, porque lá está, já têm esse documento do ano anterior, basta apenas compilar aquilo que são os dados mais essenciais. Eu não diria que fosse necessário em tudo, porque eu admito que há dados que eu percebo do ponto de vista da preparação do Relatório que dê mais jeito incorporar um conjunto de dados que do ponto de vista qualitativo não acrescenta muito a quem está a analisar, eu confesso que como é por exemplo a página trinta e cinco, “foram realizadas num total de trezentos e cinquenta e duas horas de trabalho, trezentas e cinquenta e cinco regas manuais”. Bom, quer dizer, não quero desvalorizar obviamente, mas é essencial para o acompanhamento e fiscalização desta Assembleia Municipal aquilo que é feito em relação a esta matéria? É daquelas áreas onde eu confesso, do ponto de vista da leitura qualitativa não acho essencial que haja aqui uma análise comparativa. Agora, por exemplo no que diz respeito ao acesso ao site, à Loja do Município, àquilo que são as diligências imaginem do ponto de vista de processo de licenciamento, aquilo que por exemplo ao nível da execução orçamental e essa era uma primeira questão que eu deixava ao Executivo, é porque não tenho memória, pode já ter acontecido que haja um trimestre onde as receitas correntes são inferiores às despesas correntes. Acontece neste trimestre, não é por muito, é por sensivelmente cem mil euros, mas pode haver aqui uma justificação do ponto de vista do



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

lado da recita, da forma como houve um encadeamento da receita, mas eu não tenho memória de ter acontecido este desequilíbrio do ponto de vista do orçamento corrente para aquilo que é o histórico da execução económico-financeira da Câmara, mas deixava a questão, se há alguma razão que fundamente esta realidade.

Outra questão que gostaria de deixar, tem a ver com algumas questões que nós também já temos apresentado noutras Assembleias, nomeadamente por um lado é referido no Relatório que existem cento e sessenta e quatro processos judiciais. Eu não sei se esta indicação é ao fim ao cabo aquela solicitação que nós já por mais do que uma vez temos apresentado no sentido de percebermos àquilo que são os diferendos judiciais que a autarquia tem, que obviamente nós enquanto autarcas temos o direito e o dever de acompanhar do ponto de vista do reconhecimento sobre o estado em que estamos e que tipo de responsabilidades é que isto pode envolver para a autarquia e portanto deixava também essa questão em relação a essa matéria.

Outra questão que gostaria de deixar e tem a ver também com a leitura qualitativa do próprio documento, tem por exemplo a ver com aquilo que é referenciado na página oitenta como aquisição de software “oracle”, e é daquelas informações que pensamos nós pode ser enriquecedor que possa vir acompanhado logo pelo montante, porque eu depois a ver por exemplo o Plano Plurianual de Investimentos eu acho que encontrei o montante. Deixo a pergunta se serão estes cento e vinte e um mil euros. Porque pensamos nós que ajuda também a perceber a realidade objetiva da atividade municipal, aquilo que são algumas intervenções mais estruturantes, alguns investimentos que entretanto são concretizados, acompanhar a informação da atividade com aquilo que tem de repercussão do ponto de vista orçamental. E pensamos nós também não acrescenta muito do ponto de vista de trabalho na preparação deste Relatório, mas facilita muito a qualidade de leitura do mesmo.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Uma outra questão tem a ver com uma informação que eu apanhei na leitura do Relatório, na página cinquenta e seis sobre aquilo que o Município estará a diligenciar para a realização e concretização de um novo skate parque. Como nós conhecemos um skate parque, digamos assim, histórico, muitos de nós da minha geração tiveram ocasião de frequentar com os amigos e com os colegas, queria só do ponto de vista de informação tentar perceber se é um novo, se é uma remodelação, o que é que está a ser pensado nesta matéria, porque certamente tem interesse para os jovens do Concelho.

Uma última questão tem a ver com as atividades e os resultados do GACECI. Não aparecem no Relatório, nós entretanto tivemos ocasião no tempo que mediou as Assembleias de visitar o Quarteirão das Artes e dar também os parabéns pelo facto de ser uma unidade que está já com bom resultados, tivemos ocasião de ver um conjunto de empresas que estão e bem a desenvolver ali um trabalho meritório e aliás está ali uma empresa que nasceu num outro espaço, que se transferiu para ali e está com uma pujança notável. Mas aquilo que ficamos com a sensação ao analisar o trabalho que tivemos ocasião de perguntar sobre o GACECI, é que apesar de haver uma radiografia daquilo que são as características do Concelho de Almada, aquilo que está à disposição eventualmente dos investidores, que está bem transcrito neste guia do empreendedor, a sensação com que nós ficamos é que é um guia do empreendedor que o empreendedor tem que vir buscar a Almada sob pena de não ter noção deste mesmo guia. E entendemos nós que poderia ser útil e estamos a dizer-lo do ponto de vista construtivo e positivo, seria útil transformar este guia do empreendedor no guia do investidor. Ou seja, vamos demonstrar as boas qualidades que Almada tem, as características que aqui são descritas que nós percebemos que são mais-valias que podem ser apresentadas a um potencial investidor, que incorporadas com potenciais locais de investimento, com um conjunto de mais-valias que se apresenta, pode ajudar a ter bons resultados, porque nós



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

percebemos porque é que o GACECI não pode apresentar ao fim ao cabo aquilo que seria para nós o importante que era que resultados é que teve na capacidade de atrair novas empresas para Almada. E aquilo que nós percebemos, é que há este trabalho feito mas não há o resultado do ponto de vista de atração de novas empresas para Almada e ao fim ao cabo criação de emprego e de valor. Portanto, acho que este trabalho pode ser mais pró-ativo e este guia do empreendedor com toda a crítica positiva pode ser com esta pró-atividade transformado num guia do investidor, naquilo que pode ser um trabalho desenvolvido na criação de valor em Almada. E também em relação e associado ao GACECI, percebemos a questão do programa FINICIA, onde percebemos que parece que está a haver problemas no lado do acesso ao financiamento dos projetos que estão a ser objeto de candidatura, apesar de não serem muitos mas realmente parecem que estão a ter dificuldades e seria importante perceber o porquê dos bancos que supostamente, ou o banco neste caso que teria condições preferenciais de acesso ao crédito, está objetivamente a criar um obstáculo que leva a que neste momento não tenhamos um único projeto aprovado. E portanto, nós que sempre fizemos desta área uma vertente essencial porque entendemos que é na criação de riqueza, na criação de emprego que se pode alavancar o crescimento económico e o desenvolvimento económico e social do Concelho, temos dificuldade num investimento que é positivo, pode acrescentar oportunidades de investimento para as empresas e acesso a linhas de crédito que neste caso está já a haver dificuldades com o banco que neste caso é parceiro e o porquê de estar a haver, se a Câmara nos pode adiantar mais alguma informação e se na realidade estão-se a procurar eventuais soluções alternativas para tornar este instrumento realmente operacional.”

**6.1.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

O Bloco de Esquerda nesta Assembleia Municipal não pode deixar de referir que relativamente à intervenção que o meu Camarada Carlos Guedes fez na última Assembleia Municipal, relativamente a uma situação que consideramos importante que seria a repavimentação da estrada da Bela Vista, rua Francisco Manuel de Nascimento, na Charneca de Caparica, que ela se efetuou rapidamente a contento dos moradores e de todos aqueles que circulam naquela zona.

Relativamente a repavimentações, nós percebemos e entendemos que há um plano municipal de repavimentação, que as intempéries agravaram de uma forma muito acentuada os locais por onde circulamos com os nossos veículos, mas existem no nosso Concelho alguns locais, continuam a haver no nosso Concelho alguns locais onde será necessário intervir rapidamente, e referirei quatro ruas explicitamente da Freguesia do Laranjeiro. Referirei a rua Filipe Folque, junto à PSP e junto ao ARCAS, nas traseiras do ARCAS no Laranjeiro; rua António Gonçalves, paralela à av.ª 23 de julho; Azinhaga do Rato e a rua José Carlos de Melo que também tem uma circulação muito acentuada. Portanto, com certeza a atenção redobrada relativamente a estes locais.

Gostaria de referir um assunto que considero de extrema importância que consideramos de extrema importância. O Solar dos Zagallos é um lugar apazível, é um lugar onde os avós, os pais, os filhos, podem ter um local de facto onde poderão passar longo tempo. Na parte superior do Solar dos Zagallos existem umas edificações, habitações que em devido tempo foram utilizadas e deixaram de o ser, onde esteve a Casa da Música, por exemplo. Essas edificações poderão na perspetiva do Bloco de Esquerda com certeza unanimemente considerada que essas instalações poderão vir a ser utilizadas quer por associações, quer por, enfim há uma panóplia de possibilidades. Portanto, a questão do Solar dos Zagallos deverá ser atendido também com acuidade.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Consideramos que relativamente a um sector da nossa população que são os idosos, deverá haver uma atenção também especial por parte da edilidade. Sabemos que a Edilidade não poderá responder, a Câmara não pode responder a todos os problemas, são problemas que ultrapassam o âmbito da Câmara, mas pensamos que a Câmara Municipal e a sua área social terá que ter uma atenção relativamente aos idosos, à solidão dos idosos, à situação em que se encontram. Este plano será um plano eventualmente de emergência social? Inserido num plano mais geral, não pode deixar de ter exatamente o problema dos idosos.

Referia aqui os equipamentos lúdico-infanto-juvenis em que que no nosso Concelho se verifica a necessidade de colocação em vários locais do Concelho, de forma generalizada.

Gostaria de referir em relação às redes de hortas municipais que são referidas na atividade municipal, hortas municipais com o respetivo plano, São João Caparica; Charneca ou outras e é referido talhões preferencialmente destinados a desempregados e aposentados. Parece este caminho um caminho certo e por outros locais de uma forma ainda desorganizada existem hortas municipais, mas de uma forma desorganizada que deverá ser tomada em atenção para na medida do possível, é evidente, não hostilizando as pessoas que lá estão, mas poder de alguma forma ser organizada.

Gostaria de referir por último uma situação que perdura há mais de dois anos. Portanto, o antigo Externato “O Pátio das Andorinhas”, situado em Vale Cavala, na rua interior está completamente abandonado há mais de dois anos. Este local situado naquela urbanização/construção A Duque Neto, que era exatamente o construtor da altura, de dia para dia aumenta o número de detritos no pequeno quintal e no interior do edifício ao qual é possível aceder pelas janelas e portas inexistentes ou que ficam abertas. Portanto, o portão de acesso ao quintal abre-se igualmente com muita facilidade, agora até parece que já não há lá portão nenhum, portanto é um local que consideramos, onde habitualmente estão muitas



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

crianças, onde se pode pôr de facto em risco e nós trazemos exatamente as fotografias do local para poder de uma forma mais evidente, poder ser observado aquela situação. Portanto, o apelo que aqui é considerado de uma forma construtiva pelo Bloco de Esquerda, no sentido de serem considerados estes aspetos.”

#### 6.1.2.5 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Muito obrigado pelas questões que nos foram colocadas. Vou tentar responder de uma forma sucinta em algumas questões que foram levantadas, as outras serão objeto de anotação e procuraremos fazer chegar a informação.

Em relação à interrupção letiva dos alunos do 1º Ciclo, colocada pela Sr.ª Deputada Maria D’Assis, houve ontem uma reunião da Vereação com os serviços nesta área, há um conjunto de propostas relativas exatamente ao período de interrupção escolar e designadamente em relação às férias de verão e que iremos já tentar implementar este ano. É o início de um trabalho como já aqui tínhamos anunciado anteriormente, que procuraremos levar a cabo, alargar uma experiência que se torna necessário adquirir e desenvolver de acordo com as preocupações já por várias vezes manifestadas. Mas existem um conjunto de propostas, é necessário referir, ver o seu custo efetivo. Mas este ano já pensamos poder fazer alguma coisa durante o período de interrupção letiva do verão.

Em relação às famílias residentes em Pêra, como é sabido nós temos o projeto de ainda este ano fazer a entrega de sessenta casas a sessenta famílias e portanto haverá uma primeira entrega de casas e essa situação procuraremos desde já considera-la se assim for possível, conforme com a dimensão das famílias, a disponibilidade à habitação. De qualquer maneira é uma situação prioritária que temos considerada.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Em relação às Terras da Costa. Houve uma primeira reunião com a Comissão de Moradores e no próximo dia cinco haverá uma visita ao Bairro também por parte dos serviços da Câmara, procurando responder a um conjunto de necessidades mais imediatas que também já são conhecidas e na linha daquilo que nos propomos fazer que é minimizar até que nos seja possível o realojamento, minimizar as más condições de habitabilidade naquele Bairro.

Em relação à Sr.<sup>a</sup> Deputada Odete Alexandre relativamente ao Plano de Emergência, como sabe nós temos uma Comissão Municipal de Proteção Civil muito ativa, muito articulada com a Comissão Distrital e com os nossos serviços de Bombeiros e portanto, tudo aquilo que esteja pensado e está pensado em relação a essa matéria, naturalmente que lhe faremos chegar e tomamos boa nota da preocupação manifestada da sua divulgação para que todos estejam a par. Fazem-se anualmente tanto quanto eu sei simulacros nas escolas e em alguns outros locais, portanto procuraremos desenvolver, mas é importante que haja um conhecimento e uma presença de espírito na situação, em qualquer situação de emergência que seja colocada por catástrofes da dimensão daquelas que revelou.

Em relação à limpeza urbana é como sabe uma preocupação nossa, pensamos que a maior debilidade resulta de facto da insuficiência dos nossos serviços. Portanto há um processo de contratação que está em curso, tal já teria sido, penso que, já anunciado numa anterior reunião da Assembleia Municipal e que foi aprovada aqui. É um processo demorado como todos estes processos de contratação pública hoje decorrem, mas é uma área onde temos perfeita consciência da necessidade e da urgência de melhorar.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado Nuno Matias, agradecemos a observações feitas, designadamente em relação à elaboração do Relatório, naturalmente como reconheceu haverá áreas onde terá algum sentido a comparação homóloga com períodos anteriores, noutra terá menos, procuraremos melhorar e eventualmente com uma síntese inicial



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

acerca de alguns aspetos mais salientes que por vezes é difícil refletirmos nas linhas de orientação em que pode ajudar uma ideia mais de conjunto e facilitar depois uma apreciação no Plano Político da intervenção e da atividade que a Câmara desenvolve. Houve algumas sugestões que aqui referiu em relação aos processos de licenciamento, de acesso ao site. Os processos de licenciamento em todas as reuniões de Câmara, como sabe, há uma informação que é fornecida, a mesma coisa em relação à execução orçamental e em relação aos saldos de gerência. Penso que aquilo que verificou este ano de desequilíbrio entre as receitas e as despesas, portanto os resultados operacionais no primeiro semestre não é um quadro inédito, as receitas não decorrem ao longo do ano de uma forma regular, a mesma coisa ocorre em relação às despesas, de qualquer maneira e depois mais à frente poderemos voltar a isso, nós temos uma preocupação em relação aos nossos resultados operacionais, tanto quanto sabe já o ano passado houve necessidade de recorrermos ao saldo de gerência em cerca de um milhão e oitocentos mil euros para equilibrar os nossos resultados, é uma preocupação que temos e que os nossos serviços estão a acompanhar, para procurarmos atempadamente corrigir.

Processos judiciais, de facto não se trata só de um número, há também a avaliação qualitativa e temos consciência de que estamos em falta com essa precisão, faltavam-nos alguns dados na altura de avaliação e portanto não foi fornecido, mas pelo menos em relação à Vereação brevemente essa informação chegará tal como tinha sido solicitado.

Em relação a alguns investimentos mais específicos nomeadamente em software e outros de carácter estratégico, a informação que nos seja solicitada, teremos todo o gosto em fornecer-la seja em relação ao "oracle" ou a outras, para não ficarem dúvidas sobre onde é que se está a fazer o investimento. Como sabe, enfim estamos atrasados como outras instituições em



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

relação a termos um sistema de contabilidade analítica o que facilitaria uma leitura de execução orçamental por todos.

Em relação ao skate parque, é um projeto, na última reflexão que fizemos ficámos com algumas dúvidas sobre a capacidade de concretizar este ano o skate parque. De qualquer maneira o projeto mantém-se num conjunto diverso de oportunidades que nos estão a ser também colocadas em relação a alguns espaços de que podemos vir a dispor e portanto daí também alguma hesitação em relação ao skate parque, mas sua necessidade mantém-se.

Temos consciência que no que diz respeito ao apoio às empresas há muito para fazer. Enfim como todos temos esperanças que em relação ao Quadro Comunitário 2020 se possam abrir oportunidades, estamos a investir muito com os nossos serviços através do acompanhamento do processo de elaboração do Quadro Comunitário da parte em que as autarquias são chamadas a pronunciar-se e naturalmente com a expectativa de por essa via podermos ultrapassar também um conjunto de dificuldades que já referiu, quer em relação ao financiamento quer em relação à divulgação e em relação sobretudo à possibilidade de uma forma sustentada podermos ajudar e orientar aqueles que queiram investir. Portanto, uma preocupação que temos estado a refletir é também sobre a estrutura, a organização, a interação dos vários instrumentos que dispomos há Novalmadavelha, há Arribatejo, há outras coisas que não estão tão dependentes de nós, mas em que nós participamos e que precisávamos de ter uma ideia de conjunto para que se criassem sinergias que nos permitissem levar mais longe esta possibilidade de apoio às empresas.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado Pedro Oliveira. Agradeço a chamada de atenção em relação às questões de repavimentação, tal como as questões da limpeza, são questões de grande preocupação, também aí existem debilidades em relação à nossa capacidade de resposta que estamos a procurar ultrapassar. Naturalmente atendendo em



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

primeiro lugar às áreas para que nos são chamadas atenção e que os serviços se vão dando conta, agradecemos as referências que fez em relação a este conjunto de ruas e naturalmente em relação às notas que nos vão chegando dos Múncipes, a indicação e em articulação por vezes com as Freguesias, vamos procurando responder da forma o mais rápida possível. Este ano por via da chuva e das características deste ano de facto há um número excecionalmente elevado de situações que necessitam a nossa atenção.

Há problemas concursais complicados que estamos a resolver e a planear, prevenimos já os próximos anos porque não está bem, quando chegamos a março damos-nos conta da necessidade das obras que é necessário fazer, depois lança-se os processos de concurso e quando chegamos a setembro é que temos finalmente o concurso fechado e vamos começar a tapar os buracos. Portanto, isso não pode ser, vamos ver o que estando ao nosso alcance é possível fazer para ultrapassar as dificuldades de contratação pública que como sabem aqui hoje estamos todos obrigados.

Solar dos Zagallos, onde foi a Casa da Música. Portanto, esse projeto de utilização dessas instalações está em curso, é possível que já este ano possam ser utilizados pela Academia de Música de Almada, com o compromisso que a Academia de Música de Almada deve, de qualquer forma continuar a trabalhar na Trafaria. Há uma aposta na Trafaria, manter na Trafaria, levar coisas para a Trafaria e portanto o que está em contrapartida é manterem-se na Trafaria e criarem uma antena agora no Solar dos Zagallos tal como chamou atenção.

Emergência solidária com os idosos. Procuraremos naturalmente e também na medida das sinalizações que vão sendo feitas pelos serviços, pelo CLASA e pelas redes sociais responder às necessidades mais imediatas e portanto aqui trata-se de encontrar as situações concretas ou as áreas de intervenção mais pertinentes para podermos agir.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Em relação ao equipamento lúdico infanto-juvenil que existe em falta, como sabe houve uma alteração legislativa e normativa em relação às características deste tipo de equipamentos, os novos equipamentos são dispendiosos, a sua manutenção também exige uma atenção particular. Estamos progressivamente a procurar cobrir as necessidades e designadamente fazer as substituições dos equipamentos que estavam obsoletos ou que se encontram a funcionar de forma não normal, vamos dizer assim.

Hortas municipais. Ainda hoje estivemos a refletir sobre esta questão. Para além das chamadas hortas municipais há as formais, para além das formais existe a realidade das informais. Portanto, tem sido política do Município e tendo em conta as necessidades e até aquilo que é possível observar, não intervir, mas pensamos que é necessário fazer-se um recenseamento e promover algum ordenamento desse processo de criação das hortas informais, por forma a que também nessa área a saúde pública possa ser salvaguardada onde se justifique e onde a qualidade de vida urbana também possa ser salvaguardada. Mas existem já algumas ideias em relação a uma intervenção nessas áreas que é mais uma intervenção regularizadora e normalizadora e não propriamente repressiva.

Externato “Pátio das Andorinhas”, em Vale Cavala. É uma área abandonada, tomámos boa nota para podermos vir a fazer uma verificação e intervir e portanto agradecemos a chamada de atenção.

Em relação às questões que foram levantadas, não sei se haverá uma nova volta para perguntar, se não houver.”

**6.1.2.6 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma primeira nota de valorização, nós também o faremos relativamente às alterações introduzidas à apresentação do Relatório e estamos muito de acordo com aquilo que o Sr.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Presidente adiantou como hipóteses de trabalho para as ditas melhorias na facilidade de leitura. Também nós achamos que dentro daquilo que colocou, nós pensamos que exatamente pode melhorar os efeitos da consulta para divulgação do trabalho também.

Por outro lado, dizer que estamos a apreciar a atividade de três meses e creio que o Executivo, todo o Executivo está de parabéns na medida em que neste espaço de tempo conseguiu realizar uma profundíssima obra e que qualquer Deputado Municipal se ler atentamente o Relatório tem condições de em qualquer parte justificar o trabalho desenvolvido, apresentar o trabalho desenvolvido e valorizar naturalmente os eleitos que o estão a fazer.

E permitia-me portanto que relativamente ao que vem no Relatório, sem ser exaustiva, porque efetivamente é difícil dada a quantidade de obra feita neste espaço tão pequeno, nós gostaríamos de colocar uma opinião muito positiva sobre as ações desenvolvidas neste período e como disse sem querer ter uma ordem seguida. Apesar de tudo gostaria de valorizar na linha 5.32 aquilo que foi o trabalho de acompanhamento do Núcleo Local de Inserção. Parece-me de facto um excelente acompanhamento exatamente tendo em conta aquilo que foi feito e aquilo que foi analisado e com certeza que merece uma reflexão para a continuação do trabalho e também para o conhecimento dos problemas que existem no território.

Igualmente na linha 5.35, neste caso que assegurou a gestão social do parque habitacional do Município e a sua conservação, de acordo com o respetivo Plano Plurianual de Conservação do Edificado. Portanto, também me parece que é de valorizar esta gestão do parque habitacional do Município, quer dizer que nós continuamos na linha do apoio social e da defesa do direito à habitação.

Queríamos também valorizar a 5.26 na justa medida em que prosseguiu neste espaço de tempo as ações de apoio e qualificação da rede social e cultural do Concelho, no apoio às



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

instituições sociais e associações culturais complementarmente à Administração Central, nas suas iniciativas de melhoria de recursos. É mais um eixo de trabalho, é mais uma forma de facto de estar-se a cumprir a grande prioridade, digamos, no acompanhamento, naquilo que é vital para as pessoas e para as famílias.

Igualmente na 5.28 quando se diz que dos talhões de utilização para as hortas, sessenta por cento dos talhões atribuídos foram a desempregados ou são a desempregados e reformados. Parece-me portanto que também há que louvar esta opção de gestão a favor sempre de quem mais precisa.

Temos também que nesta questão por exemplo quer das AHRU, quer da educação, área para as escolas.

Pois também, permitam-me que valorize e é interessante falarmos nisto hoje e agora que é a linha 1.5, e a linha 1.5 que diz que é concluir o Plano de Urbanização de Almada Poente em parceria com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, com o objetivo de transformar aquele território, promovendo os valores interculturais, sociais, ambientais, económicos, educativos e desportivos, a qualificação do mercado habitacional e estruturação/requalificação do tecido urbano e a intervenção social acolhendo os projetos âncora, a Cidade Erasmus, o projeto ALMA e Núcleo Empresarial, entre outros. Isto significa Srs. Deputados Municipais que de facto por vezes não é preciso, basta ler os documentos que estão ao nosso dispor para perceber que também Almada neste território do chamado PIA existe intervenção, existe acompanhamento, existe preocupação na melhoria dos espaços. E neste desenvolvimento gostaríamos de propor que no âmbito da 3ª Comissão que tem efetivamente a ver com muito do que está aqui, mas também pode ser articulado no âmbito de outras Comissões como seja questões sociais, como seja por exemplo as questões da educação, gostaríamos de propor a esta Assembleia que no âmbito da 3ª Comissão se formasse ou pela Comissão



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

toda, ou a partir da Comissão, um grupo de trabalho que acompanhasse o desenvolvimento deste Plano na sua dimensão global que pode uma vez que é transversal a outras Comissões, pode ser ou não acompanhada, pode ser apoiada por outras Comissões. Isto para que, e neste território em concreto, na justa medida em que me parece que é o que está mais avançado e é aquele que também nos merece preocupações na sua concretização porque temos consciência tal como eu disse ontem, que há muito a fazer naquele território e que portanto pensamos que poderá ir de encontro à satisfação de todos o acompanhamento através das Comissões que nós valorizamos e que queremos implementar e desenvolver.”

#### 6.1.2.7 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Apenas uma nota porque por vezes e cada um sente à sua maneira a forma como decorrem os trabalhos, eu valorizo muito que o nosso Presidente da Câmara esteja a contactar os Vereadores e faça trabalho coletivo aqui, eu penso que é excelente isso e valorizo isso.

Por vezes quem está a colocar as questões, pode parecer ou pode sentir que tem uma menor atenção, importa o equilíbrio mas valorizando o trabalho coletivo que é feito entre os Vereadores presentes.

A outra nota é a questão do grupo de trabalho, é uma questão que com certeza depois a Comissão decidirá, mas o anúncio fica feito e registado.”

#### 6.1.2.8 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas para dar nota e também para deixar expressa a nossa preocupação com uma notícia trazida hoje a público pela Rádio Renascença e que diz respeito a um muro com cerca de quatro metros que pertence, ao que tudo indica, à Escola Fernão Mendes Pinto, no Pragal e que está em risco de ruir. Este caso já foi sinalizado há cerca de dois anos, está lá uma



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

placa indicando perigo de derrocada, mas no final de 2011 a DREL anunciou um concurso com vista a uma intervenção urgente e até hoje a situação mantém-se e entretanto inquirido pelo mesmo órgão de comunicação social o Ministério da Educação esclareceu que a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares informou que vai agora abrir um concurso com vista à rápida solução do problema. Pelo que nós vamos vendo, o único concurso que funciona mais ou menos como deve ser e rapidamente neste País é o dos carros topo de gama, portanto não podemos deixar de estar preocupados, porque se há dois anos a DREL anunciou um concurso e passados os dois anos o Ministério da Educação anuncia novo concurso, todos os dias por ali passam centenas de crianças e moradores deste Concelho. Que resposta é que a Câmara pode dar a uma situação de risco premente.”

**6.1.2.9** - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uso da palavra com as limitações que o tempo impõe, para me pronunciar e questionar sobre dois aspetos relacionados com a educação, formação, conhecimento e juventude.

Um primeiro aspeto refere-se à primeira linha, monitorização de sucesso e abandono escolar através da apresentação dos resultados ao Conselho Municipal de Educação. Ora, não é uma questão dramática, mas as escolas de Almada tanto ao nível do Básico, como ao nível do Secundário registam taxas de abandono escolar e de insucesso escolar, razoavelmente acima das médias nacionais. Penso que é uma matéria que justifica o acompanhamento e uma vez que há esta referência aqui, aquilo que eu pergunto é, em que é que consiste esse acompanhamento, uma vez que o País inclusive está neste momento obrigado a um conjunto de metas ao nível da estratégia europeia e também ao nível do relacionamento com os países Ibero-americanos, metas no sentido de se aproximar dos valores mais favoráveis nos respetivos contextos internacionais no que diz respeito a esses indicadores e portanto era útil



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

e impõe-se, penso que a Câmara Municipal articule com os atores relevantes nesta matéria, as escolas, os equipamentos de escolas, as associações de pais no sentido de fazer um esforço para que os resultados possam melhorar em benefício obviamente dos alunos e do Concelho.

Depois, relativamente a um segundo tema, a questão das coberturas de fibrocimento. Eu a propósito fui consultar a internet e deparei-me com uma notícia do Jornal Avante, publicada em 20 de fevereiro sobre esta matéria. E o tom que é aqui utilizado é essencialmente uma notícia que apresenta matéria relacionada com a CGTP-IN e a FENPROF, o diagnóstico que é feito e as exigências formuladas vão muito para lá, do meu ponto de vista e daquilo que eu solicito ao Sr. Presidente da Câmara e à Câmara. De qualquer modo só para ter uma ideia do tom utilizado eu refiro, leio duas ou três passagens “O Governo não cumpre a Lei e agrava um problema de saúde pública”, acusou a CGTP num comunicado de imprensa que revelou no dia seis. “Trata-se há longos anos de uma gravíssima questão de saúde pública e não é aceitável que a saúde dos trabalhadores e cidadãos esteja a ser posta diariamente em risco com potenciais efeitos irreparáveis a longo prazo, sem que o Governo assuma as suas responsabilidades”. Portanto, é este o tom utilizado. E relativamente a esta matéria o Sr. Presidente far-me-á a delicadeza, tenho utilizado um tom contido e construtivo e que tenciono continuar a mantê-lo. E portanto das exigências todas que são formuladas e reproduzidas no Jornal, eu apenas retiro três que faço minhas e que gostaria que houvesse um empenho por parte da Câmara Municipal no sentido de dar resposta. A primeira que é igual à que foi aqui formulada, inventariação urgente de todos os edifícios, equipamentos em instalações públicas cuja construção contenha amianto. Pela resposta que foi dada ao requerimento do Bloco eu fui informado que esse levantamento já foi feito. Portanto, é o que está aqui escrito e isso obviamente é um dado positivo que convém sublinhar. Agora, estando feito o levantamento eu



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

quero conhece-lo. E portanto quero que a Câmara Municipal me faculte a listagem das escolas que contem de facto coberturas em fibra de amianto. Eu não utilizo o termo amianto porque não é possível de forma razoável determinar-se qual a quantidade de amianto que existe na fibra de amianto, depende de vários aspetos. A fibra de amianto é muito antigo, é impossível determinar com análises que sejam exequíveis em termos económicos e técnicos. Depois exigem a divulgação pública da listagem a efetuar, eu peço pelo menos a divulgação junto dos órgãos municipais. Os órgãos municipais têm o direito a saber. E depois a elaboração de um plano de ação calendarizado tendo em vista a remoção e substituição do amianto, ou quando não seja possível a transferência imediata dos serviços. Eu aqui sou mais moderado Sr. Presidente, aquilo que eu peço é que seja elaborado um plano calendarizado que apresente soluções adequadas aos problemas detetados. Pode ser a remoção, pode ser o encapsulamento, pode ser outra solução técnica, mas agora o que tem de haver é diagnóstico e plano de ação. E portanto, nesse sentido eu vou formular um requerimento à Mesa para dar suporte a esta minha intervenção, no sentido de me serem facultados esses elementos. Se não tiverem todos os elementos facultem aqueles que têm, pelo menos a listagem, de acordo com o que foi respondido ao Bloco de Esquerda já existe. Depois só uma pequena nota relativamente à resposta ao Bloco de Esquerda, perdoem-me esta nota. No terceiro parágrafo dizem o seguinte, “refere-se igualmente que todos os edifícios escolares onde ainda existe fibra de amianto instalado, são equipamentos transferidos da Administração Central para a gestão do Município”. Ora Sr. Presidente, esta transferência deu-se em 1984, portanto há trinta anos, portanto, não se percebe bem pela formulação adotada que isto se refere a uma transferência já com barbas muito brancas, não é? Barbas e cabelos brancos. Depois, também aqui uma passagem nesta resposta ao Bloco de Esquerda que eu gostava que o Sr. Presidente, até considerando a sua formação técnica e científica me pudesse



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

explicar. Diz no segundo parágrafo que “de acordo com a avaliação técnica resultante daquele levantamento não se regista no Concelho de Almada qualquer situação de exposição direta ao risco de contaminação de amianto pelos alunos”. Ora, eu desconheço mecanismos técnicos seguros que permitam fazer uma afirmação, eu não me atreveria a fazer esta afirmação. Portanto, eu gostaria que o Sr. Presidente me explicasse como é que se pode subscrever um documento com uma afirmação tranquilizadora desta magnitude.”

**6.1.2.10** - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas uma questão e duas considerações que o CDS gostaria de deixar aqui nesta parte da Atividade Municipal.

Gostaríamos de questionar relativamente à elaboração da Carta do Património do Município de Almada a que se refere mais detalhadamente esta carta. Ou seja, que tipo de património, digamos assim, é que está para ser elaborado nesta mesma Carta? Se é o património que apenas está sob a alçada municipal ou se também todo aquele património que tem pertença do Estado ou mesmo alguma pertença até de particulares, portanto se estará incluído nesta mesma Carta. E depois também se esse património é apenas património material ou também imaterial.

Depois eu gostaria apenas de deixar aqui uma consideração relativamente a algumas questões que têm preocupado o CDS, nomeadamente as questões da limpeza, nomeadamente as questões do lixo que têm sido uma das preocupações constantes por parte do CDS-PP e neste caso eu falaria de uma questão em concreto. Na rua D. Abranches da Câmara, ali na Freguesia de Almada, foram colocados dois pilaretes para que pudesse ser colocado e muito bem, quatro contentores individuais de lixo. Aquilo que nós vimos aqui neste caso apelar, é que haja uma fiscalização muito maior relativamente a quem deposita esses



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

lixos, a questão é que não é só lixo que é depositado nos contentores, o problema é que a falta de civismo por parte de alguns cidadãos leva a que aquele espaço envolvente desses mesmos quatro contentores esteja, isto é, já foi removido, porque eu reparei na altura, mas aquilo que nós apelamos é que haja uma fiscalização maior e que esses cidadãos que prevaricam dessa maneira ao fim ao cabo estão a pôr em causa a saúde pública sejam efetivamente chamados à consideração.

Depois já se falou aqui e bem relativamente à questão que se passa já há alguns anos na Escola Fernão Mendes Pinto, com o muro envolvente à parte desportiva, digamos assim, da escola, é uma situação que infelizmente e como toda a gente sabe aconteceu uma tragédia em Braga, como é óbvio não queremos que aconteça também aqui em Almada, aliás esta questão dos muros, o único muro que realmente nós nos demos regozijar foi a queda do muro de Berlim e portanto penso que efetivamente nessa questão, penso que toda a gente está de acordo. Agora, aquilo que eu quero apenas deixar aqui é relativamente à rua da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, ali perto da zona da ECALMA existe ali também um muro que empiricamente se está a partir e em vias de ruir. Eu gostaria então que fosse tomada pelo menos essa nota para que os responsáveis pelo menos desse muro fossem também chamados então à atenção.”

#### 6.1.2.11 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Muito rapidamente, porque me passou há pouco uma questão, tem a ver até, no anterior mandato, na altura enquanto Vereador tive ocasião de fazer uma visita ao Mercado Abastecedor e aqui na página 19 aparece a referência do início do estudo de reestruturação do Mercado Abastecedor e feira de Almada. Nós conhecemos as condições que ali estão presentes, conhecemos também a relevância ao fim ao cabo daquela infraestrutura e portanto



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

a questão que deixava é, quais são os objetivos pelo menos genéricos, obviamente estamos a falar do início do processo que a Câmara e o Executivo entende que deve estar subjacente a este estudo que vai ser realizado.”

#### 6.1.2.12 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Irei também procurar responder às questões que foram colocadas pelos Srs. Deputados. Naturalmente em relação às palavras da Sr.<sup>a</sup> Deputada Luísa Ramos registamos, e a saudação que é feita em relação às preocupações sociais que mantemos e que procuraremos reforçar neste contexto designadamente, parece-nos importante, embora seja uma decisão da Assembleia Municipal a proposta no sentido de ser criado um grupo de trabalho que possa acompanhar a intervenção municipal nas áreas carenciadas e outras em que existe um projeto de desenvolvimento social que muito poderão ajudar a Câmara na avaliação da intervenção, na sua pertinência e no seu necessário dinamismo. Portanto, agradecemos a iniciativa que naturalmente também na medida que sejamos a isso chamados, acompanharemos com toda a atenção e podem contar com a disponibilidade da Câmara para corresponder a participar nas reuniões da Comissão sempre que para isso formos chamados. Em relação à questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Carlos Guedes, do Bloco de Esquerda. O muro da Escola Fernão Mendes Pinto, penso que de facto como disse é uma questão que já é conhecida de há dois anos, tem sido um processo acompanhado pelos nossos serviços, que têm insistido junto do Ministério da Educação no sentido de se fazer a reparação do dito muro. Foram feitas vistorias, a nossa preocupação é comum, é conhecido também, foi motivo de uma nota à comunicação social por parte da Câmara ainda no final do ano passado, a intenção manifestada pelo Governo de não fazer todo um conjunto de obras que as escolas sobre a sua responsabilidade merecem, não só novas escolas mas em



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

relação a outras, designadamente temos a situação na Escola do Monte de Caparica, a Secundária, que é uma das escolas em que os alunos ainda estão a ter aulas em contentores. Foi-nos dito que essa seria objeto de intervenção, mas até ao momento nada se verificou. Mas no que diz respeito à segurança dos alunos naturalmente que acompanhamos a vossa preocupação e poderemos dar nota com uma informação mais atualizada sobre a diligência que iremos fazer junto do Ministério, no sentido de saber se existe alguma calendarização para a realização da obra.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado Courinha Leitão, naturalmente que atendemos à preocupação da necessidade de articulação da intervenção dos vários agentes aos vários níveis relativos ao abandono e do insucesso escolar, uma das quais responsabilidades caberão naturalmente também a todos aqueles que intervêm na comunidade educativa, mas também é conhecimento de todos que vai para além disso. Portanto, a nossa intervenção é termos uma intervenção holística nessa área e poderemos permitir que todos nos acompanhem e acompanhar todos nesta matéria.

Portanto, em relação às questões levantadas relativas ao amianto. Fez uma citação do Jornal Avante, portanto que não estranhámos dado o elevado grau de exigência que caracteriza os comunistas nesta matéria e que naturalmente nós procuramos acompanhar. O inventário está feito, a divulgação e a sua publicação será feita dentro da data prevista pelo Governo e em relação ao plano de ações e à sua calendarização, falta-nos só um esclarecimento mais rigoroso sobre a avaliação precisa do risco. O investimento global rondará cerca de setecentos mil euros, mas terá que haver alguma calendarização que será feita em função do grau de risco. Da informação que nos foi dada pelos serviços, tal como consta da resposta já dada, não existem riscos de exposição direta que resultam de situações em que haja degradação do fibrocimento com a exposição direta ao ar.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Em relação ao Sr. Deputado António Maco, naturalmente que a Carta do Património vai ser feita e será de todo o património material do Concelho e naturalmente que a referência ao património imaterial assim referido, também não deixaremos de ter em atenção as observações. Aliás, ela virá com certeza a discussão pública numa fase mais avançada e tudo o que podemos contribuir para a completar.

Em relação à necessidade de medidas de fiscalização da Câmara com uma intervenção mais repressiva em relação aos Municípios, isso poderá suceder mas num quadro em que haja uma intervenção pedagógica mais intensa que neste momento sentimos que falta e que é necessário desenvolver. Portanto, para já é começar a melhorarmos também na área da informação a todos os Municípios e naturalmente depois poderá haver lugar a medidas de outra natureza, mas quando nós cumprirmos melhor o nosso papel estaremos em melhores condições de exigir que todos cumpram. Temos que ter a devida ponderação em relação àquilo que fazemos e à oportunidade daquilo que fazemos.

Chamou também atenção em relação a uma outra situação, uma construção que está em risco de ruína, penso que já é conhecido pelos nossos serviços, já se fez a fiscalização, diz-me a Sr.<sup>a</sup> Vereadora, o assunto está a ser acompanhado.

Em relação ao Mercado Abastecedor. O nosso Mercado Abastecedor, como é notório, não cumpre as condições necessárias, a qualidade do serviço que deve prestar, portanto torna-se necessário reavaliar e naturalmente reequacionar a sua localização. Portanto, é nesse contexto que as coisas estão a ser vistas, é na perspetiva de qualificação de um Mercado Abastecedor, portanto não vale a pena estarmos aqui com mais coisas.

Portanto, houve aqui um conjunto de questões que gostava de referir, naturalmente em relação, uma tem a ver com o Quadro Comunitário 2020, houve um empenho geral e intenso dos Municípios Portugueses e aqui na Área Metropolitana de Lisboa e na nossa Região em



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

relação ao processo de candidatura e ao programa a apresentar a Bruxelas, não nos parece que neste momento possamos confiar em que possamos ter acesso aos fundos antes do final do ano, muito provavelmente não será possível apesar de todos os esforços que foram feitos no sentido de os programas serem apresentados ainda antes das eleições europeias, mas não é certo que se consiga que haja da parte das estruturas europeias a disponibilidade para fazer a aprovação antes das eleições e da instalação dos órgãos.

Queria informar também a Assembleia, por ter sido um assunto que foi motivo de preocupação, de uma nota informativa que foi distribuída, relativa a um conjunto de alterações ao trânsito a introduzir na zona central de Almada, Trânsito e estacionamento e que provavelmente voltaremos a falar desta matéria mais à frente já que é também tema de um ponto da ordem de trabalhos desta Assembleia.

Saudar o facto do Teatro Municipal de Almada ter sido galardoado com o Prémio Nacional da Crítica e portanto pensamos que dignifica, é um reconhecimento que dignifica o esforço que tem sido feito na promoção da arte teatral e da cultura no nosso Município, ao qual não é estranho naturalmente como todos têm consciência disso o esforço que a Câmara tem vindo a fazer, mas que tem sido um esforço que tem dado resultados. Nesse sentido pensamos poder dar início, reabrir o teatro estúdio que foi alvo de obras ainda antes da abertura do Festival de Teatro, portanto as coisas estão encaminhadas nesse sentido. Estão também encaminhadas a utilização de uma sala de estudo por vinte e quatro horas, tal como tinha sido já proposto em colaboração e em parceria com a Associação de Estudantes da FCT, pelo menos é o que está apontado, situada numa instalação municipal, situada no Feijó. Também as novas instalações do Raposense, as instalações do Raposense foram também objeto de uma candidatura a fundos comunitários, poderão iniciar as suas funções em pleno e em melhores condições e nas novas instalações ainda durante este ano, depois do verão.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Portanto, é um conjunto de algumas informações que pensamos que seria útil dar aos Srs. Deputados e a esta Assembleia.”

6.1.3 - Não havendo mais pedidos de palavra foi dada como apreciada a atividade municipal.

6.2 - Entrou-se no ponto 3.2 da agenda com a apreciação e votação das Propostas Nºs 21/XI-1º sobre o “Relatório de Monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples de Almada” e 22/XI-1º sobre o “Relatório de Monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana da Trafaria”, (**Conforme Anexos XV e XVI**).

6.2.1 - Para apresentação das referidas Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.2.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Estão distribuídos os Relatórios, não sei se há alguma observação que os Srs. Deputados queiram fazer em relação a esta matéria. Estamos ao vosso dispor.”

6.2.2 - No debate usaram da palavra o Sr. Deputado Municipal Nuno Matias e a Senhora Vereadora Amélia Pardal, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.2.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Tentando ser de alguma forma conciso, já não é a primeira vez que fazemos intervenções sobre esta matéria. Nós temos a noção de que a requalificação, a reabilitação, tudo aquilo que diga respeito à valorização do património edificado do nosso Concelho é relevante, pode ajudar a um sentimento de pertença maior dos cidadãos, pode ajudar à vivência do espaço público e àquilo que é a intenção, pensamos que é transversal de todos os Partidos, em relação àquilo que deve ser uma vida comunitária mais viva e mais vivida. Entendemos que a ARU foi um instrumento e um bom instrumento do ponto de vista técnico e objetivo, de forma



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

a assegurar que criem mecanismos que incentivem o princípio de recuperação e de requalificação, e reabilitação seja do património, seja pelo menos por incentivo àquilo que é o espaço público em si. E portanto, sempre concordámos desde o início com o objetivo, sempre tivemos alguma nota refletiva e algumas propostas que acompanharam tudo aquilo que envolveu os Regulamentos em relação à ambição com que se poderia ter implementado um conjunto de instrumentos e de incentivos para que o ritmo deste conjunto de projetos fosse mais intenso. E pensamos nós que, o ano passado tivemos ocasião de o referir, este ano os Relatórios que iremos acompanhar, não é isso que está em questão, manifestamente demonstram que deve ser feita uma reflexão sobre os instrumentos, de que forma é que se calhar pode haver um reforço de intervenção, um reforço de apoio, um reforço de soluções que podem passar também sobre aquilo que é o destino final daqueles imóveis nomeadamente a questão do arrendamento jovem ou do arrendamento social que nós já aqui tivemos a ocasião de debater anteriormente, porque aquilo que é verdade é que estamos manifestamente com um movimento muito fraco, para não dizer manifestamente sofrível em relação ao processo. E reparemos que por exemplo em relação a Almada dos quinhentos e sete edifícios que o perímetro da ARU compreende, resultaram em onze candidaturas. Ou seja, em quinhentos e cinco resultaram onze candidaturas, estamos aproximadamente a falar de dois por cento desta realidade. Vão-me dizer, bom, o contexto é difícil, o financiamento é sofrível. Todos nós sabemos o contexto difícil que nós estamos a viver, agora entendemos nós que há motivos e este é daqueles projetos positivos que podem ser robustecidos e onde vale a pena investir, ao fim ao cabo dinheiro público para incentivar estes projetos, dependendo da justeza, dependendo do fim, repensando se calhar algum tipo de instrumentos e de apoios de forma a acelerar um processo que voltamos a dizer é positivo. O objetivo nós acompanhamos, mas o ritmo se calhar porque algumas das soluções não são as mais



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

adequadas para atrair o investidos que queira requalificar o património de que é proprietário, tem manifestamente levado a que este nível de execução seja sofrível. Isso também é evidente na ARU da Trafaria. Porque reparemos, em quatrocentos e sete edifícios do perímetro desta ARU, temos seis candidaturas. E portanto já não vou às obras concluídas, onde em Almada das quinhentas e cinco temos quatro, na Trafaria temos apenas uma. Pensamos nós que no momento em que se está a fazer a avaliação, a monitorização destes instrumentos, faria sentido também fazer uma reflexão de que forma é que eles podem ser melhorados, porque o interesse da intervenção, não que se anuncie que existem, não é que apareça alguns bons exemplos. Aliás, um exemplo que eu uso porque é um exemplo que tem acelerado mais já tem algum tempo, que é a questão da Cândido dos Reis, em Cacilhas, onde eu acho que não há um cidadão que transite naquela rua, pelo aproveitamento que foi feito do ponto de vista da artéria pedonal, mas também de algum enriquecimento que houve do património ali edificado, que não perceba a vantagem que é, o gosto que dá o cidadão transitar, ir ao restaurante, conhecer o espaço mais requalificado que necessariamente convida a usufruto desse espaço público e à convivência comunitária. E portanto, entendemos que este Relatório naturalmente é difícil aquilo que tem sido a concretização e portanto não pomos em causa nenhum dos parâmetros que aqui estão descritos, entendemos é que pode ser uma oportunidade para melhorar os apoios que podem e devem ser dados, porque é aqui que também faz sentido gastar e investir do ponto de vista público.”

**6.2.2.2** - A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Amélia Pardal, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só dois ou três questões sobre as ARU's. A decisão de criar as Áreas de Reabilitação Urbana, penso que todos estaremos de acordo que foi uma decisão positiva, é verdade que as ARU's não andam tão depressa como todos nós queríamos, também é verdade que estas



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

duas ARU's que estão aqui, estes dois Relatórios de Monitorização refletem dois anos de trabalho, dois anos e quatro meses, sensivelmente. E eu gostava de dizer que relativamente a um conjunto de questões que o Deputado Nuno Matias colocou, que também nós temos preocupação sobre elas, e que todos sabíamos desde o principio e assumimo-lo porque conhecemos aquilo que está no território, que os processos das Áreas de Reabilitação Urbana não são fáceis e não são fáceis nomeadamente num contexto em que vivemos e podem dizer, "bem, vêm-nos falar do contexto", mas o contexto existe e portanto as pessoas têm que ter dinheiro para fazer a reabilitação. Não fazem reabilitação só porque querem fazer reabilitação. E o problema dos apoios financeiros não resolvem os problemas financeiros das pessoas. Nós temos vindo a avaliar, dizer que nós somos o único Município que contribui financeiramente no processo de reabilitação das ARU's, somos o único Município. Bom, pode-se dizer, podemos reavaliar se devemos ou não devemos apoiar mais, podemos obviamente avaliar e é um processo que temos vindo a fazer. Mas não é a alteração do apoio financeiro, não será significativo de tal forma que altere profundamente o resultado. Só dar nota, não considero e acho que não consideramos que o resultado seja sofrível. É uma análise, perdoo-me Nuno, muito básica, muito ligeira a que faz. Porque ter em quinhentos e cinco edifícios, quarenta contactados, entrevistas realizadas com proprietários quarenta e sete, vistorias trinta e seis e depois resulta como diz, obras concluídas são quatro. Pois são. Mas são quatro porque não houve mais gente que se candidatasse e nós não temos como obrigar as pessoas a candidatar-se. Bem, podíamos ficar aqui o resto da noite a dizer, destes quarenta contactos, das vistorias realizadas quantas foram ao Banco pedir dinheiro e não têm dinheiro? E o problema é aquilo que a Câmara ou aquilo que o Município pode aumentar no seu esforço financeiro, não resolve este problema. Portanto, o problema da reabilitação é um problema mais fundo que se prende com outras questões e que naturalmente que devendo



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

ser objeto da nossa avaliação permanente na forma como nos relacionamos com os proprietários, os que lá têm as habitações e os que compram porque este também é um fenómeno interessante, eu acho que valia a pena certamente num futuro próximo fazer uma discussão sobre a questão da reabilitação neste ou noutro contexto em que nós pudéssemos abordar o que estes processos da reabilitação urbana nos têm dado a conhecer e nos têm feito refletir sobre as formas de intervir neste território e das formas tão diferenciadas que nos são exigíveis num território que também é ele muito diferenciado. E os fenómenos interessantes de frações devolutas que foram intervencionadas e que ao fim de muitos anos voltam a ser ocupadas, porque ter quatro obras concluídas é muito mais do que isto. Significa por exemplo e temos aqui num total de cinquenta e cinco fogos intervencionados, vinte e dois eram devolutos. Portanto há vinte e dois fogos que voltam a ser usados por pessoas. E este é também um fator importante.

Naturalmente que agradecemos também as questões que colocou e nós próprios temos neste processo de reabilitação feito muita reflexão e dentro em breve haverá alguns aspetos que naturalmente iremos considerar e iremos também propor alterar. Mas dizer que não esperemos que isto seja um processo com resultados fáceis amanhã.

A Cândido dos Reis é um caso muito especial, num contexto muito especial e houve um conjunto de fatores que estão para além naturalmente do investimento municipal que também foi feito, que favoreceram o acontecimento daquela rua, felizmente. Mas não é um caso, isto foi dito também por nós várias vezes, não se replicam estas situações. E portanto, cada situação é uma situação, pensamos que o trabalho está a ser feito é um trabalho significativo, tem tido a capacidade de muita gente que é proprietária pensar em reabilitar e muita gente que não era proprietária, está neste momento em fase de aquisição de edifícios, por exemplo, nomeadamente na Trafaria. Há dois edifícios ainda adquiridos há muito pouco tempo para



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

intervenção. Portanto, é um processo lento? É. Vale a pena avaliar e em cada momento intervir e melhorar a nossa intervenção, mas é bom termos presente que é um processo que não tem resultados ou os resultados que todos nós gostaríamos que tivesse rapidamente. São processos demorados e longos e iremos naturalmente continuar a trabalhar nesse sentido.”

**6.2.3** - Não havendo mais pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Propostas Nºs 21/XI-1º e 22/XI-1º, que foram aprovadas por unanimidade, através das seguintes deliberações:

**6.2.3.1** - A Proposta Nº 21/XI-1º:

#### DELIBERAÇÃO

A Câmara Municipal em cumprimento da Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, artigo 20º-A, nº 1, submete à apreciação da Assembleia Municipal o Relatório de Monitorização de Operação Simples de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples de Almada referente ao segundo ano de operação de reabilitação em curso.

A Lei nº 32/2012, aprovou medidas destinadas a agilizar e a dinamizar a reabilitação urbana, procedeu à alteração do Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico de reabilitação urbana.

O Relatório em apreço dá conta do exercício de gestão da Área de Reabilitação de Almada, evidenciando os processos, resultados, ameaças e potencialidades, de encontro a uma continuada prospetiva da operação, sendo de destacar nos aspetos quantitativos:

- A existência na área de 505 edifícios
- O contato por iniciativa dos serviços municipais de 40 proprietários
- A realização de 47 entrevistas com proprietários
- A realização de 36 vistorias prévias
- A existência de 11 candidaturas iniciadas ou concluídas



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- As 10 obras aprovadas, estando 6 a decorrer e 4 concluídas
- O investimento de 1.740.763,93 € dos proprietários na reabilitação e da subvenção camarária de 90.955,36 € a fundo perdido
- O total de 55 fogos intervencionados dos quais 22 estavam devolutos

Regista ainda o Relatório que não obstante o programa ser o mais atrativo de sempre no âmbito da reabilitação do edificado, é evidente, que a impossibilidade de recurso ao crédito e a conjuntura económica são os fatores decisivos para que muitos dos proprietários não avancem com os processos de candidatura.

Da experiência adquirida verifica-se que o programa por si próprio tem condições para criar dinâmicas e investimentos que potenciem a reabilitação, mas presentemente existe uma retração do investimento na reabilitação reflexo da conjuntura económica e social.

Assim a Assembleia Municipal de Almada os termos e para os efeitos do nº 1, do artigo 20º-A, da Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, aditado ao Decreto-Lei nº 307/09, de 23 de outubro, e da alínea k), do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar:

O Relatório de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana Simples de Almada, relativo ao segundo ano de vigência, nos precisos termos da deliberação camarária de 2 de abril de 2014.

6.2.3.2 - A Proposta Nº 22/XI-1º:

### DELIBERAÇÃO

A Área de Reabilitação Urbana da Trafaria enquadrada pelo Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, foi aprovada pela Assembleia Municipal, por proposta da Câmara Municipal, em reunião plenária realizada no dia 19 de dezembro de 2011, publicitada através do



## **MUNICÍPIO DE ALMADA**

### **Assembleia Municipal**

**Edital nº 33/X-3º, sendo o seu documento estratégico publicado no Diário da República de 31 de janeiro de 2012.**

**A criação da ARU da Trafaria, tal como as demais áreas de reabilitação urbana, teve em consideração os objetivos estratégicos inscritos no Plano Diretor Municipal assim como as linhas de orientação definidas pelos órgãos do Município de “incremento da reabilitação urbana” e de “valorização dos núcleos históricos”.**

**A operação na Trafaria tem como objetivo incentivar a reabilitação dos edifícios que se encontrem degradados ou funcionalmente inadequados, melhorando as condições de habitabilidade e de funcionalidade do parque imobiliário urbano e dos espaços não edificadas e garantindo a proteção, promoção e valorização do património cultural.**

**O Relatório de Monitorização submetido pela Câmara Municipal para a apreciação da Assembleia Municipal é o segundo relatório da vigência da operação de reabilitação e dá conta do exercício de gestão, evidenciando os processos, resultados, ameaças e potencialidades.**

**Quanto aos aspetos quantitativos, destaca-se:**

- São 407 os edifícios no perímetro da área da operação**
- Foram contactados pelos serviços municipais 66 proprietários, realizadas 67 entrevistas com proprietários e realizadas 36 vistorias prévias**
- Foram 6 as candidaturas iniciadas ou concluídas, obras aprovadas foram 5, estando 4 a decorrer e 1 concluída**
- O investimento dos proprietários na reabilitação foi de 294.746,28 € e a subvenção camarária a fundo perdido foi de 20.689,00 €**
- Foram 14 o total de fogos intervencionados, 12 dos quais eram fogos devolutos**



## **MUNICÍPIO DE ALMADA**

### **Assembleia Municipal**

Na análise prospetiva o Relatório afirma que na Trafaria mais que nas outras ARU, a impossibilidade de recurso ao crédito e a conjuntura económica, são sem sombra de dúvida os fatores decisivos para que muitos dos proprietários não avancem com os respetivos processos de candidatura.

Igualmente as incertezas sobre o futuro próximo da vila, designadamente quanto às intenções recentemente anunciadas sobre o terminal de contentores funcionam como dissuasores para captação de investidores externos.

A grande maioria dos proprietários entrevistados onde lhes é explicado o programa, consideram-no interessante e geralmente solicitam o relatório técnico, primeiro passo para a instrução da candidatura. Alguns destes chegam a contactar empreiteiros e entregam os orçamentos das obras ou quando há necessidade elaboram projetos de adaptação/reabilitação dos edifícios. Acontece porém que, desse universo, a percentagem daqueles que, não obstante o investimento já efetuado, avançam efetivamente para obra é reduzida.

Assim a Assembleia Municipal de Almada os termos e para os efeitos do nº 1, do artigo 20º-A, da Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, aditado ao Decreto-Lei nº 307/09, de 23 de outubro, e da alínea k), do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar:

O Relatório de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana Simples da Trafaria, relativo ao segundo ano de vigência, nos precisos termos da deliberação camarária de 2 de abril de 2014.

6.3 - Entrou-se no ponto 3.3 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 23/XI-1º sobre a “Contratação de Auditor Externo/Revisor Oficial de Contas, para o período de 2014 a 2017”, (Conforme Anexo XVII).



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

**6.3.1** - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal.

**6.3.1.1** - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O processo concursal que decorreu de acordo com as normas legais, a conclusão é aquela que foi apresentada aos Srs. Deputados Municipais, caberá à Assembleia Municipal pronunciar-se em definitivo já que se trata de uma estrutura cuja responsabilidade é da Assembleia Municipal.”

**6.3.2** - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação da Proposta Nº 23/XI-1º, que foi aprovada por maioria com vinte e sete votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PSD, do BE, do CDS-PP e do PAN) e onze abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica), através da seguinte deliberação:

#### DELIBERAÇÃO

**A Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, estabelece que:**

- **Os documentos de prestação de contas das autarquias locais são apreciadas pelo órgão deliberativo juntamente com a certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas (artigo 76º, nº 3, da Lei nº 73/2013).**
- **O auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, de entre os**



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas (artigo 77º, nº 1, da Lei nº 73/2013).

- Ao auditor externo compete-lhe a verificação e certificação legal das contas da autarquia (artigo 77º, nº 2, da Lei nº 77º/2013).

Em cumprimento da legislação em vigor a Câmara Municipal desenvolveu os procedimentos adequados, nomeadamente em consideração do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, apresentado à Assembleia Municipal a proposta para a Prestação de Serviços de Revisor Oficial de Contas.

Assim a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, e do seu artigo 77º, nº 1 e da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do seu artigo 25º, nº 2, alínea k) aprova a proposta de nomeação da MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A., a Auditor Externo do Município de Almada, para o período de 2014 a 2017, nos precisos termos da deliberação camarária de 5 de março de 2014.

6.4 - Entrou-se no ponto 3.4 da agenda com a apreciação e votação das Propostas Nºs 24/XI-1º sobre “Relatório e Contas do Município, referente ao exercício de 2013” e considerou o Relatório de Fiscalização e respetivo Parecer e a Certificação Legal das Contas da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, 25/XI-1º sobre “Relatório de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e saneamento, referente ao exercício de 2013” e 26/XI-1º sobre “Documentos da Consolidação de Contas do Grupo Autárquico referente ao exercício de 2013”, (Conforme Anexos XVIII, XVIII-B, XIX e XX).

6.4.1 - Para apresentação das referidas Propostas usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

#### 6.4.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Como os documentos foram atempadamente distribuídos, houve uma reunião com a 1ª Comissão da Assembleia Municipal sobre estas matérias e portanto por uma questão de economia de tempo deixava para depois das observações colocadas pelos Srs. Deputados Municipais fazer então as observações e dar os esclarecimentos que viessem a ser solicitados.”

6.4.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais António Maco, Nuno Matias, João Geraldes, Nuno Pinheiro, Carlos Revés, Carlos Guedes, Luísa Ramos, José Leitão, o Senhor Vereador José Gonçalves - Presidente do Conselho de Administração dos SMAS, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

#### 6.4.2.1 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A estabilidade e a viabilidade de um Município pode-se aferir em grande parte tendo em conta a sua saúde financeira.

Em tempos de austeridade têm também os Municípios de fazer um esforço calculado e com regra, no que concerne às suas escolhas e prioridades tendo em conta o objetivo de ter uma balança equilibrada onde as despesas não ultrapassem os ganhos auferidos.

Um Município como Almada com a sua situação geográfica privilegiada, com os seus recursos e com o seu capital humano deve aproveitar essa fonte de riqueza e transformar esses mesmos recursos em mais-valias contribuindo para o desenvolvimento económico do Concelho atraindo investimento, tornando o Concelho atrativo ao investimento.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

É reconhecido o esforço que, tal como todos os portugueses têm de fazer, para que Portugal consiga definitivamente encontrar um equilíbrio nas suas contas, minimizar a dívida externa e retomar a caminho do crescimento económico que foi abruptamente interrompido em 2011.

É também reconhecido o trabalho e a obra realizada pelos autarcas e pelo Poder Local ao longo dos últimos anos, tornando-se uma peça fundamental para o desenvolvimento do País e para a concretização do acesso da população às mais básicas e elementares condições de vida e de habitabilidade.

Olhando para o caso de Almada, é necessário orientar todo e qualquer investimento numa base e num mapa de prioridades concretizáveis tendo em conta a realidade financeira do País. Os investimentos e os grandes projetos que aspiram tornar a cidade mais bonita, mais moderna e que possa ombrear com as grandes cidades europeias e mesmo mundiais, aguardam melhores dias. É imperativo a consciencialização de que não se pode dar um passo maior que a perna. Mesmo as candidaturas ao novo quadro comunitário devem ser minuciosamente estudadas e analisadas tendo em conta os fatores económicos externos ao Município, sob pena de se entrar numa espiral de endividamento e descontrolo orçamental como se vive, infelizmente em Concelhos limítrofes.

Aliás, esse tem sido a posição e o discurso do executivo que vem alegando a manutenção da estabilidade financeira do Município, facto que o CDS-PP não pode pôr em causa, para que algumas das propostas da oposição não sejam concretizadas.

Já na última legislatura autárquica o CDS-PP tem vindo sistematicamente a alertar para a despesa supérflua em propaganda e publicidade que não se reflete no retorno esperado, despesa com material pirotécnico, em algumas festas e festejos que poderiam ser bem mais poupados, melhor e mais rentavelmente pensados. As despesas com material de escritório,



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

com ordenamento, com estudos e projetos têm sido ao longo dos últimos anos em nosso entender, um custo demasiado elevado no que respeita à despesa versus receita.

Ao longo dos últimos anos temos assistido recorrentemente a um Município que tem na sua maioria uma receita proveniente dos impostos diretos, dos impostos indiretos e das multas, das taxas e outras penalizações, ficando a restante fatia para as transferências do Estado e para a venda de bens e prestação de serviços.

Fazer mais gastando menos, gastando menos fazendo melhor é o que se precisa.

Um Concelho moderno e com viabilidade no pendor dos desafios do novo milénio deve ser um Concelho que tire partido da sua riqueza e que saiba com astúcia e visão criar riqueza e fomentar investimento.

As grandes Opções do Plano obedecem a uma estrutura de escolhas e prioridades definidas à partida para a concretização da prossecução dos interesses dos cidadãos do Concelho devendo-se apostar no que está em défice e por concretizar não esquecendo as disparidades que ainda existem no Concelho de Almada. Os critérios de escolha devem-se basear nas verdadeiras necessidades das populações e não em tacticismos político-partidários que muito acaba por penalizar o cidadão.

Com um novo executivo local saído das últimas eleições autárquicas, espera-se do mesmo um rigor maior nas opções na hora de gastar, esperando-se um rigor ainda muito maior nas prioridades a implementar por todo o vasto Concelho.

Nesta mesma Assembleia, o CDS-PP tem vindo a manifestar alguma preocupação com algumas assimetrias que ocorrem ainda no Concelho como é o caso do Vale da Sobreda, que não nos cansamos de falar até que aquela localidade veja os seus problemas resolvidos. O investimento na iluminação, na segurança, na manutenção de equipamentos, na política social, no apoio domiciliário ao idoso, nos acessos e vias de circulação, na limpeza urbana, a



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

valorização da paisagem, a reabilitação e exploração do património histórico, entre outros, têm vindo ao longo dos anos a ser denunciados por parte do CDS-PP. Estes sim, são para o CDS-PP pontos nevrálgicos no Concelho que devem ter uma maior atenção e resolução. Todavia, desde a sua tomada de posse, parece-nos crer, que se denota uma nova e esperançosa maneira de lidar com as propostas e sugestões da oposição por parte do executivo comunista em Almada. Uma maior abertura para que os consensos possam surgir e para que a construção futura de Almada tenha o cunho e a contribuição de todos aqueles que embora com visões e caminhos diferentes para lá chegar, acreditamos que querem o melhor para o seu Concelho.

Muito há para fazer em Almada, muito há para concretizar o que foi adiado muito tempo. Contudo, acreditamos que nunca é tarde para mudar e assumir os erros cometidos no passado, tal como o CDS-PP tem a capacidade de reconhecer que o Concelho sofreu um desenvolvimento considerado em determinados sectores.

É nessa humildade de reconhecer os erros, nessa esperançosa abertura de uma nova forma de diálogo e conjugação de esforços repartidos, na maior fatia de investimento na Educação, na tentativa de uma verdadeira e acertada promoção do Concelho ao exterior, na preocupação da resolução dos problemas de segurança que afetam o Concelho, o CDS-PP embora não passe um cheque em branco a ninguém, neste ponto da ordem de trabalho abster-se-á, realçando de qualquer forma que essa política de partilha de decisões seja realmente uma constante e hábito continuado e não apenas um foco passageiro, que os investimentos futuros sejam verdadeiramente repartidos pelo Concelho não ficando ninguém de fora.

De qualquer forma não invalida que entendamos o valor no orçamento rectificativo de um milhão setecentos e quarenta e sete mil e duzentos euros, de gastos para a Administração



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Municipal, para Administração Geral, Departamento de cultura, Departamento de obras, Departamento de ação desportiva e divisão ação sociocultural e transferências de capital consubstanciados em Outros, em Outros bens, em associações sem fins lucrativos, e outros investimentos, que merecem outro esclarecimento cabal e muito mais pormenorizado.”

#### 6.4.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Quando olhamos para estes documentos e que necessariamente são o reflexo de um ano de gestão e o espelho das opções, das visões, das ambições e a concretização de um caminho que defenda o interesse público, a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e apresenta concretização de soluções que esperamos seja a tradução prática do que foi prometido, do que foi a reflexão pública e aquilo que são os desejos das populações, procuramos sempre avaliar se acabamos melhor o ano do que aquilo que começamos e de que forma é que a intervenção municipal ajudou a isso concretizar. Quando olhamos para este documento sabemos de uma realidade que é de la Palice, foi assim que foi feito e por muito que a gente agora queira mudar não pode mudar aquilo que já foi feito. Estamos a avaliar realização concreta, objetiva, opções datadas pelo que o PSD nestes momentos teve sempre e terá sempre uma posição institucional responsável, de consciência crítica, livre, aberta, mas muito ativa na reflexão sobre eventuais caminhos distintos, sobre aquilo que podia ter sido a discussão e a concretização de diferentes soluções, mas estamos aqui ao fim ao cabo para analisar a execução, fazer um balanço e fazer uma reflexão sobre aquilo que foi a concretização. E a esse nível há três vetores que na nossa opinião devem ser tidos em consideração.

Em primeiro lugar a execução económico-financeira; em segundo lugar o cumprimento dos compromissos, seja os compromissos da maioria, seja os compromissos que se entendeu no



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

decurso da construção do documento que seria relevante também incorporar de contributos, nomeadamente das posições. Mas também um terceiro que é a capacidade do Executivo Municipal, mas ao fim ao cabo de todos os autarcas deste Concelho de acrescentarem inovação, ambição e novas janelas de oportunidade ao crescimento e ao desenvolvimento do Concelho.

E nesses três vetores que queremos fazer este balanço em relação à execução. Execução económico-financeira. É ou não verdade que continua a haver algum equilíbrio económico-financeiro quer da Câmara Municipal, quer dos SMAS? É verdade, é salutar, é positivo, temo-lo dito em sucessivos anos, mas é importante também perceber se a tendência do ponto de vista da realização desse equilíbrio se tem verificado, se tem assegurado essa sustentabilidade que é uma bandeira que tem sido felizmente bem executada ao longo dos anos, e se tem com o tempo que estamos a viver onde necessariamente temos que fazer tanto ou mais com menos dentro do quadro que temos que encontrar de paradigma de existência da nossa sociedade, que temos que evidenciar, é importante perceber se isso tem sido concretizado. E na nossa opinião, apesar de haver capacidade no orçamento corrente quer da Câmara, quer dos SMAS, de haver um saldo positivo e no caso dos SMAS de 1.8 milhões de euros, aquilo que é verdade também, é que os resultados operacionais dos SMAS foram negativos. E foram negativos certamente com justificação, certamente com a explicação do ciclo que estávamos a viver em 2013, mas aquilo que é verdade é que passamos de um saldo de resultados operacionais positivos de quatrocentos e trinta mil euros em 2012, para um resultado negativo de 2.6 milhões de euros. E portanto, nós percebemos que há justificação logo do ponto de vista operacional na questão da reposição dos salários, nós percebemos isso, não somos alheios a essa realidade, mas também percebemos que há um conjunto de encargos que no caso da demonstração de resultados é visível como é o caso



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

dos encargos sociais que aumentam oitocentos e dezasseis mil euros, que não tem apenas a ver com esta realidade e que portanto é importante que se perceba que o reflexo que isto tem no resultado líquido do exercício que no caso dos SMAS passa de um resultado líquido em 2012 de 1.8 milhões de euros positivos para um resultado líquido negativo de 1.1 milhões de euros em 2013 nos deve fazer refletir, sobretudo de perceber se terá sido um exercício que não seja a regra e que tenha sido uma exceção que pode acontecer, não pomos em causa que isso possa acontecer, mas que invariavelmente pode conduzir a desequilíbrios futuros que não são aconselháveis, que os SMAS felizmente não têm manifestado e que permite ter capacidade operacional de investir e de alocar verbas para a intervenção estratégica que os SMAS entendem relevante. Ao nível da Câmara percebemos que felizmente, como nós antevíamos que assim fosse, ao nível da receita apesar de ter havido alguns constrangimentos que era óbvio que do lado da receita iria acontecer, a Câmara Municipal não teve nenhuma situação catastrófica que colocasse em causa a sua capacidade por um lado de funcionamento e por outro de investimento. Isso é visível quando percebemos que do lado das receitas passamos em 2012 de 78.6 milhões de euros para em 2013 77.4, uma ligeira quebra que invariavelmente por aquilo que se percebe no resultado corrente da Câmara, onde continua a ter um saldo de mais de 13 milhões de euros de saldo corrente, permite continuar a ter um Plano de Atividade de intervenção, de investimento municipal que permita acrescentar intervenção no território e potenciar desenvolvimento e portanto há três efeitos positivos que nós não queremos deixar de ressaltar, que é o saldo corrente como eu já disse, continuar a melhoria do saldo de gerência que há pouco foi dito que foi consumido mas apesar de tudo no fim do exercício permitiu aumentar em dois milhões e duzentos mil euros o saldo de gerência, bom como a capacidade de intervenção que o investimento e o orçamento municipal, assim seja a vontade, assim seja a estratégia, assim seja a capacidade



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

e a ação, pode acrescentar no Concelho de Almada. No entanto também na Câmara há um conjunto de realidades que nós percebemos que pode ter a ver com o fim do ciclo do mandato do anterior executivo, pode haver também obviamente a correção ao nível do sistema remuneratório, mas que ainda assim originou também um desequilíbrio nos resultados operacionais, resultou também numa realidade que foi termos um resultado líquido negativo que importa perceber e também percebemos que apesar de tudo isso mesmo é reconhecido no próprio documento, o peso das transferências correntes do Orçamento de Estado e ao contrário daquilo que podia ter sido vaticinado, vejam até aumentou no peso total da despesa da Câmara. Porque em 2012 20.7% das despesas eram financiadas pelo Orçamento de Estado, para passar a ser 21.5% em 2013. O que demonstra bem que a Câmara não deixou de ter as receitas para o seu financiamento e não deixou de ter a oportunidade para as suas opções de investimento. Há no entanto questões que importa perceber e importa refletir se houve justificação estrutural para manter. Ao nível da aquisição de bens e serviços registamos um aumento sensivelmente de setecentos mil euros. Faz sentido? É para manter? É estrutural? Justifica-se? Tem cabimento futuro? O enquadramento da nova Lei das Finanças Locais, aquilo que devem ser os cumprimentos estritos dos compromissos das autarquias em relação ao serviço público, faz sentido que este tipo de rubricas tenham este tipo de evoluções da despesa? Deixamos a pergunta que é importante que seja avaliado de forma a assegurar que o resultado líquido depois não tenha este tipo de decréscimo que aconteceu de 2012 para 2013 onde houve uma deterioração na ordem dos 87%. Isto mesmo também evidente porque no ciclo eleitoral que vivemos até 2013, a Câmara sempre teve resultados operacionais positivos e em 2013 teve um resultado operacional de 1.3 milhões de euros negativo. Foi o único exercício onde isto aconteceu e isto aconteceu porque invariavelmente nós percebemos que houve um acréscimo de intervenção, nomeadamente de capital que não



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

tinha reflexo pelo lado da receita e onde houve um consumir de recursos, percebemos por calendário eleitoral mas que invariavelmente tem que ser repensado sobre pena de no futuro estarmos a governar para os ciclos mas a prejudicar eventualmente a tendência e a capacidade de investimento e intervenção da Câmara do ponto de vista territorial. E portanto importa perceber se no decurso deste exercício o que é que cada um dos cidadãos de Almada espera da sua autarquia. Porque é que a maioria faria ou não faria as opções que entretanto em 2013 estiveram na agenda do Executivo Municipal. E é importante também perceber se muito daquilo que está no Relatório de Atividades da Câmara, se resulta apenas da capacidade intrínseca da atual maioria, ou se resulta da responsabilidade e daquilo que deveria e que estaria presente na agenda de qualquer maioria fosse essa ou fosse ela qual fosse. Porque nós entendemos que áreas como o apoio ao movimento associativo, o apoio à alimentação pré-escolar e no 1º Ciclo, a gestão ambiental sustentável, a promoção do desporto, a defesa do património municipal, cultural e histórico como outras que poderia usar como exemplo, são áreas onde esta ou outra maioria certamente teria atenção, teria dedicação e não faltaria na ação. Portanto, aquilo que temos que perceber é se o orçamento municipal em 2013, o plano de investimento e de atividades municipal acrescentou para além daquilo que qualquer maioria fosse ela qual fosse, trazia no exercício das funções. Será que na nossa opinião o exercício 2013 acrescentou qualidade de vida a Almada? Será que na nossa opinião, na opinião dos cidadãos acrescentou capacidade empresarial, criação de valor acrescentado, capacidade de criar emprego, capacidade de acrescentar proximidade da intervenção dos cidadãos naquilo que é o potenciar da riqueza cultural, económica, empresarial e social? E na nossa opinião e dando apenas três exemplos, há questões que invariavelmente nós percebemos que há realmente diferenças substanciais de visão, há na nossa opinião diferenças substâncias sobre aquilo que deveria ser a intervenção municipal



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

para alavancar a vida do nosso Concelho e houve em 2013 oportunidades que foram perdidas pelo facto de se ter passado mais um ano e não se terem concretizado.

Um primeiro exemplo. Apoio às atividades económicas. Já aqui falámos anteriormente, entendemos nós que Almada no contexto metropolitano tem muitas condições para atrair investimento, mas não vende essas condições únicas e não promove a marca Almada para atrair investimento. Já contactamos ao longo de muito tempo potenciais investidores que ou não conseguiram concretizar, ou não perceberam a pró-atividade da Câmara para ter oportunidades no território de investir, não tem uma fiscalidade mais competitiva do que em Cascais, do que em Sintra, do que em Oeiras. Almada no contexto metropolitano tem que ser diferenciadora não só pela localização, mas também pela ambição de criar emprego e de criar valor. E para isso nós temos que ser diferentes e temos que mostrar porque é que somos melhores e é por isso que temos que ser pró-ativos a demonstrar que Almada vale a pena pela cidade de conhecimento que é, pela cidade de saber que se tornou, pela capacidade de acrescentar inovação, assim os investidores e os potenciais investidores saibam que podem aqui investir e têm condições para o fazer de forma rápida, célere, eficaz e oportuna no tempo. Porque é impossível um qualquer investidor estar dois, três, quatro anos à espera de sinais positivos para o seu investimento se concretizar e deixar passar a oportunidade de investimento. E na realidade aquilo que podemos fazer de avaliação e é uma primeira pergunta que eu posso deixar ao Sr. Presidente, é que resultados é que nós tivemos na capacidade de atrair investimento e na capacidade de criar novas empresas e emprego no Concelho. É porque no Relatório, nós vemos por exemplo a preocupação que não escamoteamos na responsabilidade de dizer que se trataram sete mil cento e oitenta e quatro floreiras. Bom, e quantas empresas é que podemos descrever no Relatório que foram criadas em Almada? Estes são dados estatísticos que do ponto de vista qualitativo nós gostaríamos



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

de ter podido testemunhar por intervenção da Câmara e por capacidade de atração de investimento da nossa autarquia. Mas podemos chegar logo a seguir ao comércio local onde estamos à vontade, foi o PSD que lançou para o Plano de Atividades 2013 a concretização no âmbito de Almada Cidade Digital de um portal de divulgação do comércio local, isso constou do documento, aparece no Relatório de Atividades, era importante perceber o que é que entretanto tem sido desenvolvido neste âmbito que nos parece uma medida positiva, foi proposta por nós, mas que nos parece a nós que deveria estar alicerçado num conjunto de outras medidas que essas infelizmente não vimos no decurso de 2013. E podemos sistematizar, há ou não algum problema de os comerciantes gerirem, utilizarem, divulgarem a marca Almada e a linha de comunicação visual e de estratégia de comunicação que a Câmara e bem lançou e que deveria estar mais disponibilizada e mais divulgada do ponto de vista público. Há ou não um repensar do ponto de vista de acesso ao comércio daquilo que é uma necessidade de requalificação do espaço público de intensificação de atividades que deem vida às nossas ruas e chamem as pessoas para consumir no nosso comércio local e tradicional, há uma sistematização ou há apenas algumas iniciativas esporádicas e pontuais que são meritórias, mas que não ajudam a mudar de mentalidades do ponto de vista do consumo do cidadão. E na nossa opinião muito poderia ser feito mas que ainda não está concretizado e deveria ser repensado. Em simultâneo não é a primeira vez que falamos no tema mas voltamos a realçá-lo, entendemos nós que é fundamental que se encontrem espaços âncora ao longo do nosso território, que chamem as pessoas à rua e a Câmara pode e deve ser um agente pró-ativo nesse sentido, tem capacidade patrimonial, financeira e do ponto de vista de atividade e do ponto de vista de reprodução de iniciativa, do ponto de vista de despesa não tem efeito a não ser na capacidade que gera de atividade empresarial e da criação de emprego. Mas também importa perceber que ao nível agora da intervenção



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

urbanística, uma área onde o PSD também tem procurado apresentar propostas concretas e falo das áreas urbanas de génese ilegal. Onde o PSD em tempos propôs a criação de um gabinete das AUGI's que felizmente entretanto foi concretizado não exatamente como tínhamos proposto, mas foi criado e portanto um aspeto positivo que em parte já temos presente, mas que invariavelmente na nossa opinião continua a não ter aquilo que era a ambição, pensamos nós que não é apenas nossa, é de todos aqueles que percebem que há décadas que temos um problema que existe e subsiste no nosso Concelho, que é não ser claro quais são os processos que devem estar presentes no processo de reconversão dessas áreas, quais são os calendários objetivos que devem estar presentes para garantir que não há uma derrapagem no calendário daquilo que deveria ser célere, eficaz e objetivo e aquilo que é verdade é que olhando para o Relatório de 2013, vemos com a preocupação de elencar que houve quinze reuniões com AUGI's ao longo do exercício, mas não há no Relatório a informação objetiva de a um de janeiro quantas AUGI's é que ainda estavam à espera de processo de reconversão, e a trinta e um de dezembro quantas é que ainda existem, ou seja, quantos processos de reconversão é que foram concretizados? Porque na nossa opinião, se nós não tivermos uma ambição concreta, objetiva de definição de processos eficazes, este é um processo que não vai infelizmente acabar naquilo que na nossa opinião devia ser uma ambição de um mandato e apenas um mandato. E portanto, Sr. Presidente também nesta matéria deixo a pergunta clara e concreta, quantas AUGI's ainda temos? Quantos processos é que em 2013 foram reconvertidos? E portanto quantas é que ainda faltam reverter? E portanto, para não tomar muito mais tempo, nestes três exemplos vemos um conjunto de questões de falta de respostas, mas acima de tudo continuamos a não ter muitos dos resultados objetivos que nós entendemos que deveriam estar detalhados neste Relatório em vez de alguns acessórios que acrescentam informação mas não melhoram



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

a qualidade de intervenção municipal em relação àquilo que é o nosso objetivo primeiro que é melhorar a qualidade de vida de cada um dos nossos cidadãos. E falta realmente, na nossa opinião, uma agenda com capacidade de acrescentar o saldo qualitativo de desenvolvimento que potencie por um lado o território, requalifique o nosso património, que crie mais marcas do nosso Concelho, que marquem a vida das pessoas que aqui vivem, que aqui trabalham, que aqui nos visitam e que podem aqui deixar riqueza. Mas falta também em 2013 uma visão de devolver mais vida comunitária às nossas ruas, haver um espírito de vizinhança e de comunidade do nosso território e ao fim ao cabo darmos mais vida à nossa Almada, porque ao lermos este Relatório vemos muito do mesmo, vamos muitos dados quantitativos que traduzem muito daquilo que qualquer maioria certamente teria ambição e teria capacidade de concretizar, mas falta-nos muito mais para podermos viabilizar uma visão estratégica de desenvolvimento dentro daquilo que para nós era essencial. E é por isso que até por nesta Assembleia não haver uma maioria absoluta de vontades, até porque nesta Assembleia se tem que aprovar os Relatórios mas sobretudo os Planos de Atividade e os futuros Orçamentos que devem consubstanciar a visão estratégica de desenvolvimento, nós temos que ponderar muito bem daqui para a frente aquilo que a nossa participação, aquilo que deve ser a nossa reflexão conjunta de todos os Partidos aqui representados, para a construção de um documento que seja a nossa visão de desenvolvimento para a nossa terra e para o nosso Concelho, porque também nós não queremos ver muitas daquelas que são as nossas propostas, os nossos contributos, a nossa forma de acrescentar melhorias no documento que nos é apresentado pelo Executivo que tem a responsabilidade primeira objetivamente de conduzir os destinos da nossa autarquia, mas depois não ver muitos dos nossos contributos serem realizados. Eu recordo-me por exemplo, não sei se foi no último orçamento, tenho ideia disso, mas certamente poderão me corrigir, o Bloco de Esquerda fez



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

como bandeira e bem, a questão do combate à situação dramática dos sem abrigo. Aquilo que é verdade é que desde então a visão objetiva de intervenção nesta área não foi concretizada como certamente teria sido o objetivo do Bloco de Esquerda quando fez a proposta, como foi certamente no seu objetivo de viabilizar com isso o orçamento da autarquia, mas depois contribuir para a valorização, mas depois não ver a obra é algo que nos deve fazer refletir, porque nesta Assembleia a maioria de vontade tem que ser construída, esta maioria de vontade não existe à partida a não ser por vontade de mais do que a vontade maioritária do Executivo da CDU. E é por isso que nós nesta fase queremos valorizar que neste encontro e neste fórum podemos construir soluções mais dinâmicas, mais ambiciosas, mais audazes e por fim que nos permita ajudar a defender o interesse público. E é na defesa do interesse público e da legalidade que também deixo uma última questão ao Sr. Presidente da Câmara? E que confesso a mim me apanhou profundamente de surpresa quando tive ocasião de ler na página 156 o seguinte, “foram apoiadas ou realizadas as seguintes atividades: stand de divulgação do Concelho de Almada na Festa do Avante”. A minha pergunta é muito simples, qual foi o enquadramento legal que permitiu ao Executivo Municipal fazer este tipo de despesa? Porque estamos a falar de uma iniciativa partidária, não há dúvida. Por muito valor cultural que se queira acrescentar, que não pomos em causa, estamos a falar de uma iniciativa partidária. E eu volto a esta questão porque em tempos também tive ocasião de apresentar uma denúncia junto das entidades competentes em relação ao facto de ter havido duas empresas municipais que fizeram publicidade também na Festa do Avante. E isto nós temos que perceber o limite legal da intervenção municipal. E portanto, a pergunta que eu deixo claramente ao Sr. Presidente de Câmara é qual foi o enquadramento legal que permitiu que direta ou indiretamente existisse fundos públicos numa festa iminentemente partidária. E eu faço esta questão porque antes de poder voltar a



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

apresentar nos órgãos competentes um pedido de informação e fiscalização deste ato de gestão, gostaria de perceber o porquê de mais uma vez e em 2013 termos tido esta informação que aparece na página 156 do Relatório de Atividades da Autarquia. E portanto e para contextualizar aquilo que nós desejaríamos é que em 2013 apesar de percebermos que era o fim de mais um ciclo, apesar de tudo tivesse havido a capacidade de perceber que novos horizontes, novos desafios, novas exigências se apresentam ao nosso dia a dia enquanto comunidade e a um Concelho que tem uma localização privilegiada, tem condições naturais únicas, tem condições históricas para atrair investimento mas também turismo que reproduz a riqueza. Aquilo que na nossa opinião aconteceu foi mais um exercício onde muita atividade foi desenvolvida, não pomos em causa, nalguns casos atividades que na nossa opinião qualquer maioria teria tido capacidade de as executar, mas faltou a visão e a ambição de tornar Almada um Concelho diferente que marque e que deixe um legado para o futuro das novas gerações de almadenses que nos permita dizer que este Executivo Municipal o anterior e o atual têm procurado modificar a vida dos almadenses de forma estrutural, substantiva e para melhor. Na nossa opinião foi mais um ano onde foi mais uma oportunidade perdida.”

#### **6.4.2.3 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Estamos a apreciar e iremos votar um documento que reflete - e reflete com seriedade, com rigor e com competência - a atividade desenvolvida pela Câmara Municipal de Almada no ano de 2013.

Uma leitura atenta do documento que nos foi entregue permite-nos, sem dúvidas, concluir pela enorme dimensão do trabalho realizado, quer pela extensão e pela qualidade das ações



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

concretizadas no âmbito da execução do plano de atividades, quer também pelo desempenho que, uma vez mais, foi alcançada ao nível da execução orçamental.

A primeira conclusão que a CDU retira dos documentos na nossa posse é que a Câmara Municipal de Almada foi capaz de gerir bem. A Câmara Municipal de Almada foi, uma vez mais, capaz de interpretar com fidelidade o interesse público, colocando esse mesmo interesse público na primeira linha de prioridades da sua intervenção.

A execução das atividades e do orçamento aprovados por esta mesma Assembleia Municipal para o ano de 2013 foi, assim, concluída com êxito, representando um passo mais na construção de um futuro mais digno e mais desenvolvido para todos os Almadenses.

Importa sublinhar, como refere o Presidente da Câmara Municipal na introdução ao documento que apreciamos, que o exercício de 2013 cujo desempenho somos chamados a avaliar, corresponde em dois terços ao mandato anterior, e apenas no seu terço final ao atual mandato.

Fruto da vontade expressa pelo Povo de Almada nas eleições autárquicas de setembro do ano passado, foi possível, no entanto, manter ao longo de todo o exercício uma linha de rumo coerente, sem interrupções e com inteira estabilidade, situação que naturalmente concorreu também para os bons resultados obtidos.

A CDU sublinha em particular neste relatório, o grau de execução superior a 90% da atividade integrada nos documentos previsionais para 2013, uma dimensão de realização que atesta, por um lado, a capacidade e o rigor ao nível do planeamento de que dispomos na nossa autarquia, e por outro lado a mesma capacidade e o mesmo rigor de que dispomos na concretização das medidas e das atividades que nos propomos realizar.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

E importa igualmente sublinhar - porque de um facto ineludível se trata - que estes resultados se registam mesmo perante quadro extremamente negativo no que respeita aos recursos necessários e efetivamente alocados à programação e à atividade definidas.

Esses recursos sofreram em 2013 novos e rudes golpes, função da continuação de uma política de asfixia - crescente e permanente - exercida sobre os Municípios em geral, e sobre o nosso Município em particular, consequência das opções e decisões políticas do Governo da República, mas igualmente fruto da recessão económica a que essas mesmas políticas vêm, sem piedade, conduzindo o nosso país e o nosso Povo.

A CDU não pode deixar de saudar a capacidade de concretização revelada pelas opções políticas adotadas ao longo do exercício, de que o executivo municipal aqui nos dá conta.

Adotando uma postura de responsabilidade e rigor na gestão municipal, foi capaz de garantir a condução política de um percurso que se traduziu pela manutenção intacta das atividades e investimentos que correspondem à satisfação de legítimos anseios e aspirações dos Almadenses.

Os resultados positivos alcançados foram determinados, numa extensíssima medida, pelo empenho, dedicação e competência profissional revelada pelos trabalhadores da Câmara Municipal de Almada.

Os executores, os obreiros do êxito alcançado neste exercício, foram essencialmente aqueles que souberam arregaçar uma vez mais as mangas, assumir a sua missão de serviço público que lhe é exigida enquanto trabalhadores da administração pública local, servindo com o seu trabalho e a sua capacidade a resposta aos interesses concretos das populações para as quais trabalham, assim dignificando uma função tão mal tratada e injustiçada nos últimos anos.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

A todos quantos, pela dignidade do seu trabalho quiseram e souberam dar uma resposta adequada à brutal redução imposta aos seus salários, às tentativas de aumento, igualmente brutal, do seu horário de trabalho, às ainda brutais reduções ao nível das prestações sociais - entre outras malfeitorias -, que lhes vêm sendo impostas pelas políticas dos sucessivos governos centrais, assumindo a sua missão de serviço público em nome do bem-estar e da qualidade de vida de todos os Almadenses, e enfrentando mesmo o sacrifício de importantes parcelas da sua vida pessoal, a CDU presta uma devida e sincera homenagem, pela sua coragem, e por insistirem com determinação em manter-se firmes como parte maior de um coletivo que afirma Almada cada vez mais como Terra de Progresso e Desenvolvimento, e que teima em prosseguir, mesmo perante as imensas dificuldades que se deparam no nosso caminho e no nosso quotidiano, esse desígnio humano de transformar o Mundo, de transformar Almada, numa Terra melhor para todos vivermos.”

#### 6.4.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Pinheiro (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Inevitavelmente se temos questões de património eu tenho que falar, penso que é algo que tem a ver com a minha profissão, tem a ver com o facto, com a inserção da minha família nesta cidade, é algo que eu tenho que fazer. E devo dizer que faço, e em primeiro lugar devo dizer que me congratulo com o projeto finalmente de elaborar uma Carta do Património do Concelho de Almada. Foi uma proposta que nós Partido Socialista fizemos nestas eleições e é algo que só peca pelo atraso. Peca pelo atraso porque entretanto temos algumas situações de zonas que estão em estado muito mau, em que as intervenções que se poderão fazer daqui para a frente serão muito mais difíceis, muito mais caras e com resultados piores do que se fossem feitas há uns anos atrás, peca porque se fizeram algumas intervenções que são verdadeiramente disparatadas e algumas que são verdadeiros crimes, como é o caso



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

daquilo que se passa junto à Capela da Ramalha que é algo que tem uma importância, provavelmente não tem uma importância arquitetónica muito grande, mas tem uma importância muitíssimo grande em termos das tradições do Concelho, e que é um completo assassinato o que ali está, eu passo lá todos os dias, fico todos os dias de cabelos em pé, não consigo deixar de me escandalizar com o que ali foi feito, fizeram-se investimentos também bastante disparatados como na Ermida de São Sebastião que me parece um investimento bastante disparatado ainda mais com aquele episódio algo duvidoso da oferta da cruz, mas eu penso que esta questão de património se finalmente começar a ter um tratamento sério, teremos algo de vantajoso para o Concelho. Agora, o património é e Almada é o exemplo disso, algo em que se podem fazer enormes disparates. Algo em que se vamos elaborar uma carta vamos ter que saber o que queremos elaborar, com quem queremos elaborar. Eu devo dizer que a Câmara Municipal tem nesse aspeto e estou a pensar na equipa do Museu Municipal que tem tido um trabalho muitíssimo interessante e tem técnicos muitíssimo bons que poderão trabalhar muito fortemente e seriamente nisso. Mas eu penso que não será o suficiente. Uma das questões que eu gostaria de saber é qual é a equipa que se espera para ter essa elaboração da carta. Eu penso que é algo que não poderá ser feito sem uma colaboração importante em termos de centros de investigação universitários uma vez que a boa equipa do Museu Municipal, penso que terá algumas das capacidades mas não todas.

Esta questão para mim é muitíssimo importante e é importante que com esta questão do património se contribua provavelmente não tanto para a identificação das pessoas do Concelho que eu penso que em termos dessa identificação não temos problemas de maior. As pessoas de Almada gostam de viver em Almada, gostam de estar em Almada, sentem-se bem no Concelho, a maior parte das pessoas pelo menos, mas temos um certo deficit em relação ao exterior e esse em relação ao exterior é muito importante para o Concelho, é o



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

deficit de imagem e da perceção daquilo que é o Concelho no exterior que explica provavelmente muitas das coisas que nós, muitos dos problemas que nós temos, enfim alguém há uns dias dizia-me que, enfim, a Costa da Caparica é assim uma espécie de bairro de lata junto de praias, não é bem assim, há problemas mas não é bem assim. Portanto, temos que em termos de património conseguir ganhar uma projeção do Concelho para o exterior. Isso far-se-á com boas equipas a trabalhar na elaboração da carta. A carta, temos aqui duas coisas contraditórias que é, temos um atraso na elaboração dessa carta, teríamos uma urgência em fazê-la mas são trabalhos que geralmente não se conseguem fazer, é como “Roma e Pavia não se fazem num dia”, são trabalhos que exigem o seu tempo, mas eu penso que teremos que estabelecer muito concretamente prazos, teremos que estabelecer muito concretamente o que queremos, se queremos de facto trabalhar o património edificado, parece que existe uma grande urgência se queremos também ir para o património imaterial, eu penso que são duas questões diferentes que provavelmente terão alguns pontos de contato, estou a pensar por exemplo aqui na Costa da Caparica com toda a questão da arte xávega, mas que provavelmente necessitam de tratamentos diferentes e temos que perceber e também pensar nesta questão com a participação das populações. O património é uma questão que diz respeito a todos, a história é algo que diz respeito a todos, todos fazemos parte da história, todos estamos envolvidos numa série de processos e todos fazemos parte do património. Eu penso que há desse ponto de vista algumas boas experiências, novamente no Museu Municipal, no Museu da Música Filarmónica, enfim para falar em questões recentes em que eu tive algum envolvimento, mas eu penso que é um caminho que se deverá continuar a seguir, portanto elaborar a carta do património com equipas credíveis, com alguma urgência mas também com calma, com a ponderação que o assunto exige que é um assunto sério, e finalmente ter consciência de que a questão de património é uma questão de



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

escolhas. Nós não podemos nunca conservar todo o património ou pensar que existe algo como todo o património a conservar. Para dar dois exemplos estive há um ano numa cidade e é uma capital europeia, em que a principal atração turística e um elemento importante do seu património é uma prisão, estive há poucas semanas em várias aldeias do norte de Portugal em que se via claramente as diferenças de património. Ou seja, aquilo que eram aldeias que estavam extremamente bem conservadas e que conseguiam lá atrair pessoas, que conseguiam atrair pessoas que fazia movimentar a economia local e as outras que não tinham, portanto eu penso que o património poderá ser apesar de Almada não ser muito rica nesse património é no património industrial, não noutra, poderá ser mais um motor de desenvolvimento do Concelho desde que este trabalho seja um trabalho bem feito e que consiga ir a tempo de resolver alguns problemas.”

#### 6.4.2.5 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós podemos utilizar este espaço para muita coisa, demagogia e para acusação pura e simples, para uma tentativa de sacudir um pouco a água do capote das responsabilidades que nós temos na situação a que o País está a chegar, é que não me parece correto. O Bloco de Esquerda viabilizou de facto o orçamento que estamos, de que estamos a discutir aqui hoje a execução, pela atenção, ciente de que não nos competia a nós no momento que o País atravessava e atravessa, criar dificuldades àqueles que não seguindo exatamente a política que nós seguiríamos, seguem uma política que se aproxima daquela que nós preconizamos. Acontece que o Sr. Deputado do PSD Nuno Matias terá identificado nas medidas que o Bloco apontou uma preocupação com os sem abrigo, é evidente, a preocupação mantém-se e eu gostaria de saber de que dados é que o Sr. Deputado dispõe para dizer que nada foi feito nesse sentido, nada foi feito, alguma coisa poderá estar a ser



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

feita, nós sabemos que existe, podendo faltar medidas que ajudem a concretizar um plano de emergência social neste Concelho, nós sabemos que houve medidas previstas em relação à habitação social que foram implementadas e que estão a ser implementadas, terão sido até já no decorrer do atual mandato. Nós sabemos que as opções participadas que foram proposta do Bloco de Esquerda estão em execução e estão ao serviço dos moradores dos Bairros Sociais da responsabilidade da Câmara e sabemos que o apoio a muitas e muitas e cada vez mais famílias deste Concelho tem estado a ser prestado em grande parte pela forma como tem financiado a interligação entre a Câmara Municipal e outras instituições de solidariedade social no nosso Concelho. Naturalmente que o Bloco de Esquerda também está consciente que nem tudo foi feito e que alguma coisa faltará fazer, nós em consciência e de acordo com aquilo que temos vindo a fazer, abster-nos-emos na votação deste documento.”

#### 6.4.2.6 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Trinta mil milhões de euros!

Foi esta a assombrosa dimensão da austeridade que foi imposta aos portugueses pelo governo desde que a troika chegou a Portugal em 2011.

Austeridade altamente penalizadora para a economia, para os cidadãos em geral, para os trabalhadores, para os pensionistas e, também, para os municípios, e que apenas não assumiu valores ainda mais expressivos graças aos sucessivos chumbos do Tribunal Constitucional às medidas de “criatividade espoliativa” deste Governo PSD/CDS-PP.

Trinta mil milhões de euros que não serviram para cumprir as metas do défice estabelecidas, mas que serviram para:

- aumentar a dívida pública para quase 130% do PIB;
- atirar a taxa de desemprego para valores recordes de 16,3%;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- contrair a economia portuguesa durante três anos consecutivos;
- sobrecarregar os cidadãos de impostos;
- diminuir o consumo interno, o investimento e o emprego e, conseqüentemente, como estes são três fatores essenciais à evolução da receita fiscal, diminuir esta última.

Em suma, esta austeridade desmesurada, que segundo um candidato às eleições europeias, cabeça de lista desta maioria que nos (des)governa, será agora denominada, e cito, “responsabilidade orçamental” fruto, e volto a citar, da “mudança de paradigma” a acontecer já em maio, apenas serviu para empobrecer o País, as micro, pequenas e médias empresas e os portugueses.

Agora, fruto quem sabe do momento político particular que se atravessa, “parece” que não há intenções de insistir em mais austeridade e até já é publicitada a suposta retoma gradual dos salários e carreiras na função pública. Mas, em contrapartida também é noticiada a eventual subida da taxa máxima do IVA (possibilidade que aliás já tinha sido assumida anteriormente) e a preocupação do governo em tornar permanentes, medidas que foram inicialmente anunciadas como temporárias.

Se todas estas intenções são verdadeiras, não sabemos, mas sabemos, isso sim, que o mal já feito terá fortes repercussões negativas durante ainda longo tempo.

Sras. e Srs. deputados municipais,

Em Almada nestes três anos de troika, continuou-se a fazer aquilo que ininterruptamente se fez durante as últimas três décadas: uma gestão séria, coerente e profissional da coisa pública.

Só assim foi possível manter as contas municipais sob controlo, com elevados níveis de execução orçamental, com indicadores de desempenho económico-financeiro invejáveis, com



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

coberturas de despesas correntes por receitas correntes que ultrapassam substancialmente os 100%, permitindo assim financiar investimento com receitas próprias.

Só assim foi possível cumprir a tempo e horas os compromissos assumidos com fornecedores e trabalhadores da autarquia, ponto de honra da gestão autárquica no nosso município.

Não obstante, a continuada insistência em medidas recessivas, vai “fazendo moça” e no Município de Almada também isso transparece.

De facto, podemos constatar nos documentos agora em discussão, que as consequências de muitas decisões cujo controlo fogem em absoluto ao poder autárquico, estão bem patentes, designadamente numa deterioração dos resultados correntes tanto na Câmara Municipal como nos SMAS.

Na Câmara Municipal, cujo resultado corrente diminuiu cerca de quatro milhões de euros, e analisando a respetiva demonstração de resultados, podemos constatar que esta diminuição é essencialmente fruto do agravamento dos encargos sociais (+ 3,5 milhões de €), situação que não é seguramente alheia ao aumento das taxas contributivas para a CGA e segurança social. No entanto, o passivo do município diminuiu 2%, as dívidas de Médio e Longo Prazo 20%, a solvabilidade aumenta quase 8 pontos percentuais e a autonomia financeira também tem um acréscimo, ainda que marginal de 0,34 pontos percentuais.

Já nos SMAS, o resultado corrente apresenta um valor negativo, situação porventura inédita na sua história recente, que se explica, na totalidade por dois fatores: primeiro pela mesma razão já invocada para a Câmara que se prende com o aumento substancial nos custos com o pessoal, também fruto do aumento das taxas contributivas; em segundo lugar, e de forma igualmente expressiva, com o aumento das amortizações, fruto da passagem de imobilizações em curso para imobilizado firme.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Mas, Sras. e Srs. Deputados Municipais, em Almada investe-se em prol das populações e, como tal, esta é uma consequência desse investimento. E em Almada prossegue-se uma política de apoio às famílias com mais dificuldades, mesmo que daí advenha uma diminuição de receitas. Porém, tal como no município, também aqui nos SMAS todos os indicadores financeiros se mantêm em níveis excelentes, idênticos aos do ano anterior.

Estes constrangimentos, de um modo geral externos ao município, carecem, sem dúvida, de uma cuidada análise no sentido de encontrar soluções que as permitam ultrapassar, nomeadamente no que respeita à contenção de custos operacionais.

No entanto, são situações que estão devidamente assumidas tanto nos documentos ora em apreço, como pelos próprios Srs. Presidentes da Câmara Municipal e dos SMAS na reunião da 1ª comissão realizada na passada semana, pelo que estamos absolutamente certos que os esforços necessários para ultrapassar estas dificuldades já estão a ser desenvolvidos e as medidas a ser estudadas.

E é nesta altura que, uma vez mais, podemos constatar a gestão cuidada e responsável, levada a cabo em Almada que, contrariamente à vontade de alguns, manteve saldos de gerência em níveis suficientes para, agora, podermos encarar de cabeça erguida as vicissitudes. Estes saldos de gerência permitem-nos, hoje, e não menosprezando a urgência e a importância da tomada de medidas, permitem-nos, dizia, olhar para os problemas de forma serena, com a tranquilidade suficiente para encontrar medidas adequadas, sem a pressão das consequências que adviriam da escassez de recursos financeiros para as atividades diárias do Município de Almada, e sem diminuição da qualidade do serviço público prestado aos almadenses.

Por tudo isto, em Almada engrandeceu-se em 2013, e como sempre, o Poder Local Democrático, pilar fundamental da Constituição da República Portuguesa!



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Por Almada e pelas suas gentes, no respeito dos valores de Abril!”

#### 6.4.2.7 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

No plano técnico, no plano formal, no plano de análise aos documentos em apreço os meus camaradas de bancada penso que deram um contributo inestimável para se perceber o que está escrito e para se perceber, o que foi feito, o que é feito. Mas Srs. Deputados Municipais, não posso deixar de fazer alguns comentários à intervenção do Sr. Deputado Municipal Nuno Matias do PSD que também é Deputado na Assembleia da República e que suporta e defende sem qualquer hesitação ou sentido crítico as políticas que estão a destruir os direitos mais básicos dos trabalhadores e dos reformados, dos jovens. Num Governo que sistematicamente legisla contra a Constituição de Abril e desde logo sufocando, digamos assim, para vir para Almada dizer que o Relatório é mais do mesmo e que qualquer maioria faria o mesmo. Lamento dizer que isto é de uma grande desfaçatez, um Deputado que apoia e aprova políticas que coloca cerca de dois milhões e segundo dados do INE mais de dois milhões de portugueses na pobreza e que não fosse o estado social e também apesar dos ataques que está a sofrer quarenta e seis por cento da população portuguesa estaria na miséria. É de facto, não é qualquer maioria que consegue fazer esta destruição do País de Abril, a nossa nunca o faria.”

#### 6.4.2.8 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Quando se analisa um documento como este Relatório e Conta de Gerência, há quem defenda que o que está em causa apenas é o modo como foi executado o Plano e o Orçamento. Na nossa perspetiva a análise não se deve reduzir a isso, nem é sobretudo isso. O que está em causa são as opções políticas e as medidas de política e as ações políticas



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

desenvolvidas ao longo do ano. E por isso analisamos este Relatório e Conta de Gerência à luz do debate que já iniciámos, que já fizemos aquando da aprovação do Plano de Atividades e Orçamento.

Penso que ao longo dos últimos anos na discussão destes documentos se tem sublinhado, se tem de facto ressaltado uma divergência fundamental no que diz respeito à política orçamental entre a maioria e o Partido Socialista. Em traço grosso, e estamos ainda com muito tempo para debate e portanto aquilo que eu vou dizer é obviamente passível de contraditório e estamos aqui para fazer a discussão de forma serena e rigorosa, mas digo eu que a traço grosso a maioria valoriza ao limite o equilíbrio orçamental em cada ano. Há uma fórmula que é utilizada, que é a de que terá de haver sempre um saldo de gerência em cada ano, quando se planifica esse ano. O Partido Socialista entende que o Município deve ter uma atitude que vai ao encontro de forma ativa das necessidades de apoio aos munícipes ajudando-os a ultrapassar uma situação de crise que tem marcado os últimos anos de forma muito dramática. Como é que um Município pode e a nosso ver deve atuar nessa perspetiva? Numa primeira linha ao nível fiscal. Temos defendido que em alturas de crise em que os cidadãos e as famílias, os munícipes em geral atravessam momentos particularmente difíceis, a Câmara Municipal deve abdicar de uma parte da cobrança das receitas fiscais para que essa menos receita possa redundar em benefício das famílias e dos munícipes em geral. Defendemos que o IMI deveria ter uma taxa inferior para que as famílias não fossem tão sobrecarregadas com esse imposto que se traduz em receita para o Município. Entendemos também que à semelhança do que acontece com outros Municípios se devia estudar a hipótese de prescindir de uma parte do IRS também para benefício das famílias. E que relativamente à Derrama também devia haver uma política mais favorável em momentos de crise que favorecesse o investimento e o emprego no Concelho. Entendemos na altura e



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

penso que demonstrámos que havia condições para que estas orientações pudessem ser assumidas de forma responsável obviamente, baseada em estudos e sem pôr em causa de forma grave o equilíbrio financeiro do Município.

A execução veio-nos dar razão. Verificamos que apesar de haver uma diminuição da receita no Município, fruto como diz a Câmara e muito bem, da conjuntura depressiva que atravessamos, apesar de haver essa diminuição da receita, há um aumento da receita proveniente dos impostos. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que estando os munícipes a atravessar dificuldades, tendo os munícipes menos rendimentos, a Câmara não prescindiu de um sub-esforço dos munícipes no que diz respeito a estes aspetos fiscais. E portanto, não podemos deixar de frisar este aspeto e de nos dissociarmos da opção que foi tomada e criticar o resultado obtido. O PS defende em termos de política fiscal uma convergência ao nível metropolitano que permita evitar uma concorrência desleal e desnecessária entre municípios, mas que permita também adotar as orientações mais favoráveis praticadas na Área Metropolitana para que os Municípios em geral possam tirar partido dessa convergência e dessa articulação ao nível metropolitano. Obviamente para além das questões de política fiscal, pronunciarmo-nos sobre a necessidade de agir ao nível da ação social e também favorecermos o investimento útil porque entendemos, e entendemos em linha com um conjunto do pensamento progressista que existe sobre matéria de economia e de gestão dos orçamentos. Entendemos que o Estado e os Municípios também é Estado, o Estado em termos de política económica deve ter uma particular atenção à possibilidade de contrariar na medida do possível os momentos mais negativos da economia, deve assumir uma política contraciclo, defendemos isso. Pensamos que a força política que apoia a maioria da Câmara também pelo menos a nível nacional apoia a ideia de que o Estado deve ter uma política contraciclo e essa política contraciclo deve de ser seguida também ao nível do Município,



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

porque é o contributo que se pode dar para que os efeitos positivos dessa orientação se possam sentir globalmente a nível nacional. Pensamos que para além desta divergência de fundo que é uma divergência central entre o Partido Socialista e a maioria, há aspetos que nós consideramos que são negativos ou que não são tão positivos como deveriam ser e que eu assinalarei aqui na esperança que possam de facto suscitar algum debate e que nos possamos esclarecer até ao final da reunião de amanhã. Pensamos que não foram realizados avanços possíveis, por exemplo ao nível do apoio ao movimento associativo. Registaram-se situações dramáticas, situações muito negativas relativamente, nomeadamente ao Clube Lisnave e relativamente à Academia Almadense. Estas situações obviamente ocorrem em entidades independentes da autarquia, nós não podemos responsabilizar plenamente a autarquia pelo que aconteceu em entidades que são entidades de direito privado, mas entendemos que o que sucedeu com estas coletividades revela um deficit de atuação da parte do Município no que diz respeito à coordenação, ao trabalho conjunto e ao apoio ao movimento associativo e tememos que o futuro próximo venha revelar muitas mais situações que em parte pelo menos derivam desse deficit de ação ao nível do apoio ao movimento associativo.

Ao nível da educação continuamos a verificar avanços insuficientes no que diz respeito à escola a tempo inteiro e no que diz respeito à rede pré-escolar. É matéria que obviamente não se pode resolver de um dia para o outro, mas pensamos que devia ter havido um esforço acrescido, até porque é também uma maneira importante de apoiar as famílias e de por essa via melhorar os efeitos da crise económica que atravessamos. Pensamos também que há aqui um deficit de ação da autarquia no que respeita à procura das soluções para as barracas. Verificou-se uma proliferação escandalosa das barracas nas Terras da Costa e



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

pensamos que a autarquia não se pode demitir das suas competências para evitar estas situações e encontrar alternativas para elas.

Ao nível da circulação no centro de Almada também foi um ano em que não se realizaram os avanços e não se implementarem as soluções que se impunham. A evolução tardia no que diz respeito à reposição do trânsito no centro de Almada é insuficiente, neste momento o que se verifica no centro de Almada não é nenhuma solução satisfatória, não é uma zona pedonal, não é uma zona de circulação normal, não é uma zona reconhecida pelos cidadãos como sendo uma zona aprazível e de fácil utilização, não tem o estacionamento organizado e tarda que a atuação da autarquia resolva estas situações e minore os impactos que se têm verificado.

Finalmente, foi um ano em que não se verificaram os avanços na atuação da autarquia no que diz respeito ao Programa Polis. Nós partilhamos com as forças políticas que suportam a maioria da Câmara, partilhamos a convicção de que não se deve ceder, não se deve abrir mão de exigir do Poder Central o cumprimento do Plano Estratégico e dos Planos de Pormenor que fazem parte do Polis, mas para além disso, para além dessa exigência também há um conjunto de competências que a Câmara deve exercer com determinação a bem da Costa e a bem de Almada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais, é esta a intervenção que eu achei adequado fazer neste momento.”

**6.4.2.9** - O Sr. Vereador José Gonçalves - Presidente do Conselho de Administração dos SMAS, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Queria referenciar ainda que de forma breve alguns aspetos que me parecem relevantes na apreciação que foi feita e na relação com o documento que temos presente.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Naturalmente começaria por registar, mas registando dando alguma explicação relativamente aos resultados operacionais dos Serviços Municipalizados. É evidente que estamos a verificar um documento que se inicia no dia 01 de janeiro e termina no dia 31 de dezembro. Ele deve espelhar o que aconteceu nesse período, no entanto há coisas que acontecem de forma diferida e passo por exemplo a explicar relativamente à situação do investimento dos Serviços Municipalizados que têm um retorno financeiro e que é neste período avultado. Nós como sabemos estamos com um investimento anormal do ponto de vista daquilo que seria o expectável relativamente à capacidade que os SMAS de Almada têm para investir na modernização e renovação dos seus equipamentos, esse facto resulta de termos um processo de candidaturas a fundos comunitários que nos projetaram para quase o dobro do investimento que naturalmente teríamos numa situação de normalidade. Como sempre, temos abordado nas nossas conversas, na nossa informação temos tido grandes preocupações relativamente ao desempenho das empresas que estão com estes processos, e efetivamente tinham expectativa que uma parte significativa destas obras tivessem até sido concluídas até ao dia 31 de dezembro. Ora tal não aconteceu essencialmente pelas dificuldades que as empresas construtoras têm hoje de dar resposta às obras que têm em curso, por um lado por dificuldades de acesso a fundos bancários, por outro lado porque também precisam comprar materiais e naturalmente hoje sabemos que há uma dificuldade de fornecimento desses materiais e portanto há naturalmente uma resposta menos célere que aquela que era expectável e nalguns casos até sabemos que têm levado a situações de falência das próprias empresas. Portanto, uma parte do nosso investimento que foi de quatro milhões novecentos e oitenta e dois mil cento e oitenta e seis euros, portanto quase cinco milhões de euros, uma parte deste investimento dá necessariamente receita, e dá uma receita avultada. Acontece que há aqui um deferimento, eu dei essa informação por exemplo no dia em que a reunião de



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Câmara aprovou o Relatório e Contas, este mesmo documento. Nesse dia tinha acabado de receber a informação que tinha sido transferido para os Serviços Municipalizados uma verba significativa resultante de processos que naturalmente levam o seu tempo de verificação no POVT e depois do Instituto de Gestão Financeira. Portanto, queira relativizar também este aspeto dizendo que nem sempre decorreu no prazo entre o dia 01 de janeiro e o dia 31 de dezembro tudo aquilo que era expectável e desse ponto de vista há aqui implicações também do lado da receita, sendo que a despesa também seria parte da receita e daria origem a uma parte de receita.

Outro aspeto que gostaria de realçar é que nós passamos com um saldo de gerência de quatro milhões sessenta e três mil quatrocentos e vinte e um euros e sessenta e seis centimos. Quatro milhões. Portanto, não estamos numa situação que não possamos dar resposta àquilo que são as nossas responsabilidades, nem numa situação digamos de preocupação relativamente a esses aspetos. Também já hoje foi aqui indicado, os indicadores de gestão de independência financeira, de liquidez, solvabilidade são indicadores de referência e são indicadores de qualidade. Não quer dizer com isto que não estejamos preocupados, e naturalmente estamos preocupados porque uma parte significativa destes resultados não dependeram de decisões nossas. E portanto não dependendo de decisões nossas o que temos que fazer é tentar acomodar o melhor possível e responder o melhor possível a essas situações. E de facto a situação de ter crescido os custos com pessoal em especial os custos com a Caixa Geral de Aposentações e a Segurança Social em mais setenta e três por cento, em mais setenta e três por cento, porque a legislação nacional por decisão dos nossos governantes, alteraram quer a taxa de incidência das entidades empregadoras, quer o âmbito de incidência das taxas relativamente às implicações financeiras, resultou que nós passamos de setecentos e quarenta e sete mil euros para um milhão duzentos e noventa e



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

três mil euros. E portanto, cá está, tivemos que acomodar esta situação, não dependeu da nossa decisão. Por outro lado gostaria de realçar que os custos com pessoal significaram esta absurda situação de as pessoas levarem menos dinheiro para casa e terem menos rendimento e no entanto a entidade empregadora gasta mais com eles. Acresce ainda a este absurdo que nós registamos nos Serviços Municipalizados a maior saída de trabalhadores que há memória nos últimos anos no ano de 2013. Saíram quinze trabalhadores em 2013, temos mais trinta, alguns deles já saíram no início de 2014 e não obstante a saída de trabalhadores, não obstante o rendimento de cada um ser menor, os custos com pessoal subiram vinte por cento e subiram muito em especial e significativamente por estas decisões do Governo que aqui estão.

Por outro lado, queria dizer também que a conjuntura nacional e a conjuntura em especial do tecido económico se reflete de forma direta no funcionamento dos Serviços Municipalizados. Tivemos menos setecentos e trinta contratos e em especial setecentos e trinta contratos nas áreas da atividade económica e vendemos menos um milhão trezentos e vinte e quatro mil metros cúbicos de água. Ora naturalmente se vendemos menos, isto origina menos receita e origina menos receita na água, menos receita no saneamento e portanto tem aqui consequências. E estas também não são áreas que nós possamos fazer muito, pelo menos do ponto de vista ou a partir dos Serviços Municipalizados. De facto as famílias, as populações olham com preocupação para os seus custos e tomam atitudes também de reserva relativamente ao consumo da água, por outro lado sobe o número dos que deixaram de poder corresponder aos seus compromissos com os Serviços Municipalizados. Sabemos, notícias públicas recentes, dizem-nos que algumas entidades gestoras gerem esta situação promovendo regulares os cortes no abastecimento da água, ora nós em Almada não temos tido essa política, temos garantido não obstante das dificuldades das famílias, garantido a



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

todos o acesso à água e ao saneamento. Isso é naturalmente muito exigente, exigente porque obriga a uma avaliação social e processos de ponderação relativamente aos consumidores, mas é também porque naturalmente uma parte significativa de receita é diferida também no tempo, porque se aceitam planos de pagamento e planos de pagamento de acordo com a capacidade que cada um dos clientes tem, cada um dos utentes tem, que demonstra relativamente àquilo que pode pagar e portanto posso-vos dizer Srs. Deputados Municipais que não cortamos a água por dificuldades financeiras de ninguém. Mas isso tem naturalmente consequências, pelo menos no imediato, do ponto de vista de receita que é adiada e esperamos que nalguns casos ela resulte ainda e entre nos cofres do Município. Noutros por ventura nunca voltará, porque as famílias deixarão de ter condição de suportar. De qualquer maneira esta questão é uma questão também relevante.

Se estamos preocupados com a captação de receita, com estes aspetos? Naturalmente estamos e eu queria partilhar com os Srs. Deputados Municipais que estamos também a dar especial atenção a outras áreas de receita dos Serviços Municipalizados. E por exemplo na situação da Costa da Caparica, de emergência da Costa da Caparica foi necessário recorrer aos Serviços Municipalizados durante quase três meses para acudir às situações de emergência, com veículos, com trabalhadores, com meios que pusemos ao dispor das populações, mas também das entidades. E desse ponto de vista queria dizer por exemplo, nós já enviámos a fatura à Agência Portuguesa do Ambiente, aguardamos agora que seja feito o pagamento devido pelas competências que exercemos em nome desta Agência Portuguesa do Ambiente. Portanto, é neste quadro que queria dizer, naquilo que depende de nós, o ano 2013 foi um ano de normalidade. Naquilo que tivemos que resistir e foi muito, foi muito, foi um ano em que conseguimos chegar ao final do ano do nosso ponto de vista com



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

condições para manter este percurso e defender este serviço público municipal que é um dos poucos serviços públicos municipais com a gestão integral do ciclo urbano da água.”

#### 6.4.2.10 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só algumas palavras. Em primeiro lugar, tal como foi dito, este Relatório e Contas referem-se ao ano de 2013, que até 18 de outubro corresponde à execução de um mandato eleito em 2009 e portanto só a partir dessa data corresponde ao mandato atualmente eleito e atualmente em vigor. Naturalmente que nessas circunstâncias, já aqui foi sublinhada a continuidade entre os dois mandatos. Mas tratando-se de uma avaliação de execução de 2013, em que a responsabilidade de execução foi distribuída da maneira que já referi, não posso deixar de sublinhar e de salientar que a mesma maioria se manteve e que no final de setembro a população de Almada ao pronunciar-se ratificou e reforçou esta maioria. Naturalmente que isto não significa que ela esteja, que ela estivesse nessa altura a ratificar o Relatório e Contas que aqui estamos a apreciar. Mas esteve com certeza a ratificar os anos anteriores de mandato, a ratificar a execução durante a parte do ano que correspondeu a esse mandato e naturalmente também a proposta programática que foi apresentada. Portanto, podemos dizer que em larga medida o Relatório e Contas que é posto à consideração desta Assembleia já foi retificado pelo povo de Almada, reforçando a maioria que o apoia e que lhe deu a execução. Naturalmente que isso não dispensa a nossa divergência de opiniões, tanto no processo executivo como também em relação às propostas futuras. Mas também não seria sério se não tivéssemos isso em consideração. Isto é, que aquilo que estamos agora a apreciar em última análise já o povo de Almada se pronunciou sobre ele de uma forma clara. E esta era a primeira nota.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

De facto nós não vivemos tempos fáceis, todos temos consciência disso. Todos temos consciência disso independentemente da bancada em que nos sentamos. E não só não vivemos tempos fáceis em relação ao passado, como em relação ao que ocorreu no ano 2013, como também em relação às perspetivas do futuro, não existe ninguém, penso eu, aqui nesta sala que no seu juízo perfeito ofereça garantias de que as coisas vão correr melhor. E por isso uma execução orçamental em noventa por cento, umas contas como aquelas que se apresentam que são contas em relação aos nossos fornecedores, a existência de um saldo de gerência que nos oferece a possibilidade de intervir em várias situações de emergência sejam as na Costa da Caparica ou esperemos que elas nunca aconteçam, mas se elas eventualmente ocorrerem, aquelas que tanto preocupavam a Sr.<sup>a</sup> Deputada há pouco na sua intervenção e que nos devem preocupar todos nós. Somos por isso um Concelho, um Município, uma Câmara que pode garantir aos seus munícipes que está em condições de levar à prática um programa, está em condições de intervir em sua defesa sejam em que condições forem no quadro daquilo que são as suas competências. E era esta nota fundamental que gostava de transmitir.

Temos o conceito de que ao Estado deve cumprir uma função social, mas fundamentalmente uma função social redistribuidora e que nesse sentido e para o fazer deve conseguir captar a riqueza no contexto de um Estado democrático, que sendo democrático deve ter uma política fiscal progressiva e proporcional, e que alterar de alguma maneira esse carácter progressivo e proporcional da política fiscal estabelecendo qualquer tipo de entorse que privilegie de alguma maneira os que podem contribuir só levará ao prejuízo daqueles que menos têm se ele quiser, esse Estado e neste caso esta Autarquia, exercer um papel redistribuidor. Se podemos aqui nesta Assembleia pedir para os que mais necessitam, é porque nós temos condições para poder acorrer aos que mais necessitam. Se nós não tivéssemos estes recursos, esse



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

discurso não poderia ter lugar. Podem-nos e podemos todos fazer uma política melhor, mais equilibrada, atender e estar mais próximo daqueles que mais necessitam, procurar estimular as áreas do nosso desenvolvimento económico, sim podemos fazer isso porque temos alguns instrumentos para o poder fazer. Mas não nos esqueçamos e penso que não é sério sendo todos adultos, enfim não estamos em situações que já vivemos, já passamos a primeira infância destes processos, não podemos dizer coisas que depois não fazem qualquer sentido. Almada continua a estar localizada em Portugal, aqui nesta margem esquerda do Tejo, não vivemos noutra País qualquer, não podemos querer que aqui em Almada seja possível fazer aquilo que não só não se faz num País como nem se faz na maior parte do mundo, nós não somos, eu já não digo offshore como às vezes parece quando ouço algumas pessoas a falar sobre o que é que se podia fazer, sobre aquilo que falta fazer, penso que deveríamos chegar a casa e com o nosso discurso gravado ouvirmos aquilo que dissemos. E ponderarmos cinco minutos sobre aquilo que dissemos, acho que era um exercício ótimo para qualquer um de nós. Por isso acho que, e queria terminar para não tomar mais tempo porque a noite vai longa, por vos dizer que as Contas e o Relatório e Contas correspondem a um exercício e revelam uma capacidade de execução que esteve e está à altura daquilo que os nossos munícipes esperam de nós. Temos essa confiança, temos a confiança que temos feito um bom trabalho, que temos respeitado o voto e a confiança que nos tem sido atribuída pelos munícipes de Almada, e assim desejamos que seja no futuro.”

**6.4.3** - Não havendo mais pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação das Propostas:

**6.4.3.1** - A Proposta Nº 24/XI-1º, foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó), onze votos contra (de eleitos



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica) e nove abstenções (de eleitos do PSD, do CDS-PP, do BE e do PAN), através das seguintes deliberações:

#### DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea I), do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Relatório de Atividades do Município referente ao exercício de 2013, nos precisos termos da deliberação camarária de 16 de abril de 2014.

#### DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea I), do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, apreciou o Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município e aprovou a Conta de Gerência do Município referentes ao ano de 2013, nos precisos termos da deliberação camarária de 16 de abril de 2014.

6.4.3.2 - A Proposta Nº 25/XI-1º, foi aprovada por maioria com vinte e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE e do PAN) e dezassete abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD e do CDS-PP), através das seguintes deliberações:

#### DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea I), do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Relatório de Gestão dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento - SMAS referente ao exercício do ano de 2013, nos precisos termos da deliberação camarária de 16 de abril de 2014.



## **MUNICÍPIO DE ALMADA**

### **Assembleia Municipal**

#### **DELIBERAÇÃO**

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, apreciou o Inventário Patrimonial e aprovou a Conta de Gerência dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento - SMAS, referente ao ano de 2013, nos precisos termos da deliberação camarária de 16 de abril de 2014.

**6.4.3.3** - A Proposta Nº 26/XI-1º, foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó), e vinte abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do CDS-PP e do PAN), através da seguinte deliberação:

#### **DELIBERAÇÃO**

Dando cumprimento às disposições legais, nomeadamente a Lei das Finanças Locais - Lei nº 02/2007, de 15 de janeiro, artigos 46º e 47º - e a Portaria nº 474/2010, de 15 de junho, foi elaborado e submetido à apreciação da Assembleia Municipal as contas consolidadas do grupo Municipal de Almada - Município, SMAS e ECALMA - através do Relatório de Gestão Consolidado referente ao ano de 2013.

O Relatório apresenta e põe em evidência o conjunto de resultados alcançados em 2013 que contribuíram para reforçar a solidez económico-financeira do Município de Almada, em que se destaca:

O Passivo na ordem dos 91 milhões de euros e o Ativo totalizando 447 milhões de euros, apresentando uma autonomia financeira de 80%, atendendo aos elevados fundos próprios do Grupo Municipal e uma solvabilidade francamente positiva na ordem dos 400%.



## **MUNICÍPIO DE ALMADA**

### **Assembleia Municipal**

O Município conseguiu reduzir as suas dívidas de médio e longo prazo, tendo mantido os níveis de endividamento.

Estes indicadores mantêm a linha de tendência de anos anteriores, o que indicia com alguma segurança, a capacidade do Grupo Municipal, a médio e longo prazos, ter condições de manter a sua posição de referência no panorama dos Municípios Portugueses, em termos de estabilidade económica e financeira, o que lhe permitirá garantir a sua missão, pese embora a conjuntura adversa que teima em persistir.

Esta posição e estes resultados, são obviamente, fruto duma gestão controlada, aliada à capacidade de trabalho e esforço de toda a equipa Municipal: Pessoal, Dirigentes e Administração.

De registar que o Município de Almada embora apresente uma situação económico financeira equilibrada, tendo conseguido como sempre, honrar os seus compromissos e pagar a tempo e horas, ainda assim viu os seus resultados (tanto operacionais, como líquidos) afetados, decréscimo esse derivado, não tanto da redução dos proveitos, mas de um aumento dos custos.

Este aumento de custos encontra-se explicado pelas alterações legislativas verificadas em 2013, designadamente ao nível de remunerações de pessoal e respetivos encargos patronais, bem como, pelos custos de energia que já têm um peso significativo na estrutura de custos do Grupo Municipal.

De referir que o Município conseguiu executar o seu programa de investimentos, tendo desta forma contribuído para gerar algum dinamismo na atividade económica ao nível local, funcionando assim como um estabilizador de tensão social, pelos empregos que conseguiu indiretamente proporcionar e pelos apoios que, no âmbito da sua atividade social, desportiva e cultural atribuiu.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

A Assembleia teve ainda em consideração a Certificação Legal das Contas Consolidadas do Revisor Oficial de Contas.

O presente Relatório de Gestão Consolidado completa e encerra o processo de Prestação de Contas referente ao exercício de 2013.

Nestes termos e para os efeitos do artigo 47º, da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro, da Portaria nº 474/2010, de 1 de junho, e da alínea k), do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova o Relatório de Gestão Consolidado e respetivos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Municipal de Almada, referentes ao ano de 2013, nos precisos termos da deliberação camarária de 16 de abril de 2014.

7 - Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na terceira reunião a realizar dia 30 de abril.

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as Maria Teodolinda Monteiro Silveira, José Manuel Raposo Gonçalves, António José Pinho Gaspar Neves, Maria Amélia de Jesus Pardal, Francisca Luís Baptista Parreira, António José de Sousa Matos, Vitor Manuel dos Santos Castanheira, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Francisco Miguel Pereira Cardina e Mara Andreia Gonçalves Figueiredo Vitorino.

9 - Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhora Sandra Guerreiro e Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP - CMA, das Sr.ªs Juristas Fábria Mateus e Maria João Carvalho de apoio à Presidência da Câmara Municipal de Almada, e de vinte e quatro Srs. Múncipes.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- 10 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.
- 11 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H30 do dia 30 de abril de 2014.
- 12 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O

PRESIDENTE \_\_\_\_\_

—

A 1ª

SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

A 2ª

SECRETÁRIA \_\_\_\_\_